

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

FRANCISCO XAVIER DANTAS LINS

**SOBRE A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
o que os textos revelam e a prática desvela?**

MOSSORÓ – RN

2017

FRANCISCO XAVIER DANTAS LINS

**SOBRE A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
o que os textos revelam e a prática desvela?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Saúde e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Moêmia Gomes de Oliveira Miranda

**MOSSORÓ – RN
2017**

FRANCISCO XAVIER DANTAS LINS

**SOBRE A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
o que os textos revelam e a prática desvela?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Saúde e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Moêmia Gomes de O. Miranda (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof Dr.^a Lucineire Lopes de Oliveira (Membro)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Kalyane Kelly Duarte de Oliveira (Membro)
Universidade Potiguar

MOSSORÓ - RN
2017

Este trabalho é dedicado aos meus filhos Davi e Daniel, que são minha inspiração para o sentido amplo da verdadeira função de Mestre.

Dedico também aos meus alunos, que por mim passaram e foram instrumentos de aprendizagem e de ampliação dos meus horizontes diante do universo do conhecimento.

E, por fim, dedico aos pacientes integrantes do Núcleo do Estudo do Fígado, concreta referência do resultado positivo do fazer Extensão Universitária.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o criador, o sábio dos sábios e a fonte primeira de todo conhecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, espaço de crescimento intelectual.

Ao Núcleo de Estudo do Fígado – NEF, da Faculdade de Ciências da Saúde – FACS, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, que possibilitou o entender a ferramenta transformadora e desafiadora da prática extensionista em seus diversos aspectos e, especialmente, ao Professor André de Almeida Camurça (*in memoriam*), que, juntamente comigo, deu sua contribuição para que os objetivos do NEF, em uma amplitude plausível, fossem alcançados.

À PROEX/UERN, pela disponibilidade da base de dados para investigação teórica sobre a Extensão Universitária.

À professora Dra. Moêmia Gomes de Oliveira Miranda, orientadora, que despertou em mim uma nova visão para a linha de pesquisa, desafiando minha compreensão do verdadeiro e sólido compromisso social da Universidade através da Extensão.

Às professoras Dra. Lucineire Lopes de Oliveira e Dra. Kalyane Kelly Duarte de Oliveira, pela forma acolhedora como receberam o convite para participar da banca de avaliação deste estudo e, em especial, pelas contribuições teóricas e metodológicas recebidas para a construção dele.

“Se a educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda”
(Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo descrever a história e a prática da extensão universitária. Especificamente, conhecer a história da extensão universitária e refletir sobre a sua prática. Para tal, o *lócus* do estudo foi o Nucléolo de Estudo do Fígado (NEF), como parte da extensão da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Para dar conta do objetivo, o estudo documental foi operacionalizado em dois momentos. No primeiro, foi realizada uma criteriosa revisão bibliográfica sobre a extensão universitária no Brasil, bem como acerca do papel do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) na construção da concepção de extensão. O segundo momento constituiu o levantamento e, conseqüentemente, a leitura e a interpretação dos documentos institucionais, ou seja, da UERN, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que abordavam a conformação histórica da extensão no âmbito da universidade, além dos documentos existentes na FACS que historiassem a extensão no espaço citado. O estudo possibilitou apreender o amadurecimento e a ampliação da extensão universitária, concretizada na Política Nacional de Extensão; os conflitos enfrentados, que revelam os avanços e retrocessos no que se refere a sua concepção, ao seu financiamento e ao papel que ocupa na universidade brasileira; o papel protagonista e articulador assumido pelo FORPROEX, no sentido de se comprometer com uma nova concepção sobre extensão; as contribuições do Nucléolo, por meio de suas ações, com o despertar para uma outra concepção sobre extensão, ou seja, como via de mão dupla e com possibilidades para a implementação da articulação entre teoria e prática, bem como da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, demarcando, assim, o papel social da universidade. Porém, o NEF, a exemplo da própria UERN, enfrenta desafios para o desenvolvimento das suas ações. São desafios de natureza conceitual, financeira, organizacional, política, ética e cultural. Desse modo, a caminhada precisa ser avaliada e (re)significada para a implementação de uma concepção de extensão popular e, conseqüentemente, uma universidade cidadã. Esse é o grande desafio que precisa ser enfrentado não somente pelo NEF/FACS, mas pela totalidade dos cursos da UERN.

Palavras Chaves: Aprendizagem. Extensão Comunitária. Universidade.

ABSTRACT

This study aims to describe the history and practice of the university extension. It aims, specifically, to get to know the history of the university extension and reflect about its practice. The *locus* of the study was the Liver's Study Nucleolus (*Nucléolo de Estudo do Fígado's - NEF*), as a part of the Faculty of Health Sciences (*Faculdade de Ciências da Saúde - FACS*) of Rio Grande do Norte State University (*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*). In order to achieve this goal, the documental study was developed in two moments. At the first moment, a meticulous literature review was carried out on the university extension in Brazil, as well as the role of the Extension Dean's National Forum (*Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX*) in the construction of the conception of extension. The second moment was constituted by the survey and, consequently, the reading and interpretation of the institutional documents of UERN, through the Pro-Rectorate of Extension (*Pró-Reitoria de Extensão – PROEX*), which regarded the history of the extension in the university, in addition to the existing documents of FACS that also addressed the historical aspects of the extension in the same location. It was possible, through this research, to understand about the university extension's maturity and expansion, materialized in the Extension's National Policy; the conflicts that were faced and that reveal the progresses and setbacks in what regards its conception, financing and its role in the Brazilian university; the FORPROEX's leading and articulating role in order to assume a new conception about extension; the contributions of Nucleolus, through its actions, with the awakening to a new conception about extension, namely, as a two-way street and with possibilities to the implementation and articulation between theory and practice, as well as the inseparability between teaching, research and extension, defining the social role of the university. However, the NEF, such as UERN, faces challenges to develop its actions. These are conceptual, financial, organizational, political, ethical and cultural challenges. Thus, the journey needs to be assessed and needs to take on a new meaning to the implementation of a popular extension conception and, consequently, a university with citizen participation. This is the greatest challenge that needs to be faced, not only by NEF/FACS, but by the whole university.

Key-words: Learning. Community Extension. University.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	14
3 O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX)	31
3.1 Sobre o histórico dos encontros realizados pelo FORPROEX	31
3.2 Curricularização da extensão: o debate em evidência no FORPROEX	44
4 A EXTENSÃO NA UERN: UM OLHAR PARA O NUCLÉOLO DE ESTUDO DO FÍGADO.....	50
4.1 Sobre a extensão na UERN	50
4.2 Sobre a extensão na FACS/UERN	58
4.3 Sobre o Núcleo de Estudo do Fígado (NEF) da FACS/UERN	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a trajetória histórica e a prática da extensão universitária no Brasil, em especial no Núcleo de Estudo do Fígado (NEF), como parte integrante da extensão da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Nessa condição de extensão universitária, o NEF foi implantado, considerando uma necessidade da sociedade diante do crescente número de casos de problemas hepáticos e da ausência de serviços para o atendimento dessa demanda.

Colaborando com essa preocupação, que deu origem ao NEF, Mattos (2010) afirma que a ocorrência das doenças do fígado tem crescido muito nos últimos anos. Dentre estas, apresenta-se a cirrose hepática, independentemente de raça, idade e gênero, estimando-se que cerca de 100 milhões de pessoas são acometidas por essa doença em todo o mundo.

Já as hepatites virais crônicas apresentam uma frequência muito maior, sendo 350 milhões de pessoas acometidas com a hepatite 'B' e 170 milhões de pessoas diagnosticadas com a hepatite 'C', que, somadas à cirrose hepática, produzem um impacto muito grande para a saúde pública, tanto no sentido sociofamiliar (absenteísmo) quanto no econômico, pelos tratamentos de alto custo (LIMA, 2010).

No que se refere à mortalidade por doenças hepáticas, mesmo diante da visível melhoria do sistema de notificação, ela continua sendo subestimada. Em nossa região e, mais precisamente, na cidade de Mossoró, as doenças hepáticas crônicas têm constituído uma problemática evidente, principalmente pela alta prevalência de dois fatores etiológicos: o alcoolismo e a hepatite 'C', que geralmente evolui para a forma crônica (LINS, 2009).

Embora sendo alta a prevalência das doenças hepáticas em nossa região, não há um serviço específico que atenda a essa demanda. O atendimento a esses pacientes deve ser criterioso e contínuo através de consultas regulares e da realização periódica de exames laboratoriais e radiológicos acessíveis. Esse atendimento possibilita o retardamento e a prevenção de suas complicações, como o carcinoma hepatocelular, a ascite, a encefalopatia hepática, a hemorragia digestiva, dentre outros.

Essa problemática tem acompanhado nossa trajetória profissional e foi acentuada com a nossa inserção na condição de docente da disciplina do aparelho digestivo, da FACS, da UERN.

Diante do exposto, percebemos a necessidade e a possibilidade da implantação de uma ação de extensão, em caráter especializado, para o atendimento aos pacientes com hepatopatias, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa ação assumiu a natureza de prestação de serviços, de forma integral e, ao mesmo tempo, uma estratégia de ensino/aprendizagem, em situação real, para futuros profissionais médicos.

Com essa compreensão, foi iniciado, em maio de 2010, o Projeto de Extensão intitulado NEF, hoje um serviço contínuo de assistência a pacientes do SUS, encaminhados de outros serviços públicos, conforme o agendamento das consultas.

Os inscritos no serviço passam a usufruir de vários benefícios, desde o atendimento ambulatorial até o encaminhamento para serviços de alta complexidade, quando necessário. O atendimento ambulatorial é pré-agendado, consistindo em consulta humanizada, bem como orientação com abordagem acessível das condutas terapêuticas e preventivas.

Os alunos, componentes desse serviço, adquirem experiência e habilidades para lidar com as doenças crônicas do fígado nos seus mais diversos aspectos (MORENO; BATISTA, 2005). As suas vivências são viabilizadas por meio da integração das atividades práticas com os conhecimentos técnico-científicos adquiridos na disciplina do aparelho digestivo e nas reuniões acadêmicas em que se discute, em forma de estudos de casos, algum tema inerente à hepatologia.

Ressaltamos que, nesses sete anos de implementação (maio de 2010/2017), o Núcleo tem prestado relevantes serviços aos usuários com problemas hepáticos e a seus familiares, bem como possibilitado um espaço rico de produção de conhecimento e aprendizagem, tendo como referência casos reais. Porém, enfrenta sérios problemas para a sua consolidação, refletindo o histórico espaço que a extensão ocupa na universidade brasileira, ou seja, como espaço de diluição, para uso externo, do que a universidade produz de bom para uma população carente de informação e de serviços (SAMPAIO, 2005). O desafio está em compreendê-la como

[...] uma espécie de 'tempero ético' que pode dar sabor de vida ao ensino e à pesquisa visando a se ter uma universidade socialmente referenciada nos princípios da justiça, da igualdade e dignidade [...] a

extensão, mais que um conjunto de atividades realizadas pela instituição, tem a tarefa de perguntar pelo sabor do saber [...] (SAMPAIO, 2005, p. 104).

Ademais, o Nucléolo, ainda, não tem a sua memória histórica sistematizada como forma de assegurar o registro, para a história, de um projeto de extensão, na condição de serviço que já é parte da sociedade e, como desdobramento dessa sistematização, de problematizar, numa primeira aproximação, sobre a natureza e o compromisso que o Nucléolo vem assumido com a sociedade.

Assim, sistematizar essa história se constituiu em objeto de estudo. Para isso, faz-se necessário situar o NEF, *locus* do estudo, como parte da extensão da FACS e da UERN.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo descrever a história e a prática da extensão universitária. Especificamente, conhecer a história da extensão universitária e refletir sobre a sua prática.

Para dar conta dos objetivos, realizamos um estudo descritivo e documental. O estudo descritivo visa explorar uma determinada realidade, no sentido de identificar suas características, as mudanças e/ou sua regularidade, na perspectiva de obter um volume maior de informações (LEOPARDI, 2001).

O estudo documental, segundo Cellard (apud Silva, Almeida e Guindani, 2009), favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, dentre outros. Dessa forma, a pesquisa documental estimula a percepção totalitária no que concerne à compreensão e à conseqüente materialização de conceitos e ideias.

O presente estudo foi operacionalizado em dois momentos. No primeiro, foi realizada uma criteriosa revisão bibliográfica sobre a extensão universitária no Brasil, bem como acerca do papel do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão na construção da concepção de extensão. O segundo momento constituiu o levantamento e, conseqüentemente, a leitura e a interpretação dos documentos institucionais, ou seja, da UERN, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que abordavam a conformação histórica da extensão no âmbito da universidade, além dos documentos existentes na FACS que historiassem sobre a extensão no espaço citado.

Os documentos institucionais selecionados para o estudo dizem respeito a relatórios de atividades, relatórios de gestão, atas e/ou memórias de reuniões. Porém, neles, não identificamos dados sobre a conformação histórica da extensão na UERN. Assim, o nosso estudo recorreu ao sítio da universidade e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2016.

Aliás, o PDI de 2016 foi o documento explorado por esse estudo, dada a sua atualidade. Porém, apresenta um recorte histórico sintético acerca da extensão universitária, em especial, se o compararmos com o PDI anterior, ou seja, do ano de 2008, que já apresentava uma síntese dessa história. No entanto, o PDI de 2008 mostrava, de forma clara, a concepção de extensão adotada, os princípios que deveriam nortear a política e as práticas de extensão no âmbito da universidade, bem como a articulação do local com o global.

Ressaltamos, assim, a dificuldade enfrentada no que se refere ao levantamento dos documentos institucionais que abordassem a conformação histórica da extensão, na UERN e na FACS, de modo que identificamos uma escassez nesses registros, em especial na PROEX/UERN. Provavelmente, essa escassez ocorre pela pouca prática, em caráter permanente, de arquivamento desses documentos na instituição citada. Essa dificuldade resultou em lacunas neste estudo, traduzidas em novas necessidades de exploração da realidade, *locus* deste estudo.

O tratamento dos dados foi desenvolvido em um movimento concatenado. Os dados apreendidos passaram por leituras sucessivas. Após isso, o material foi submetido a um novo exame, em que foram estabelecidas relações e associações entre eles e, posteriormente, foi realizado o trabalho de combiná-los, separá-los ou reorganizá-los. Esse movimento visou ampliar o campo de informações, produzindo um novo conhecimento.

Por fim, o estudo foi sistematizado no formato de um relato de experiência, no qual são apresentadas considerações acerca da vivência, bem como ponderações e reflexões, em uma primeira aproximação, tendo como referência a experiência relatada e a fundamentação teórica e metodológica construída.

Esclarecemos que não houve necessidade de submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERN, uma vez que se trata de estudo de documentos que estão acessíveis à consulta pública na secretaria do curso, na PROEX e no site da UERN.

Para efeito de apresentação dos resultados deste estudo, o corpo textual encontra-se estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado “**Trajetória histórica da extensão universitária no Brasil**”, recupera a história da extensão universitária no Brasil, situando as concepções de extensão construídas, bem como as políticas e práticas implementadas.

O segundo capítulo, sob o título “**O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)**”, situa o protagonismo do FORPROEX na mobilização e na articulação política de pró-reitores de extensão das universidades públicas e, desse modo, de significativa importância para discussão, pactuação e construção conjunta, bem como para o desencadeamento e o fortalecimento de mudanças políticas e práticas de extensão em articulação com o ensino e com a pesquisa.

O terceiro capítulo, denominado “**A Extensão na UERN: um olhar para o Nucléolo do Fígado**”, descreve a história e reflete sobre a prática da extensão na UERN, na FACS, em especial, no Nucléolo do Fígado, tendo como referência os documentos institucionais produzidos e de domínio público. Problematiza, numa primeira aproximação, acerca da natureza e do compromisso assumido pelo Nucléolo do Fígado na condição de extensão.

As **considerações finais** expressam o esforço de síntese provisória em torno dos resultados principais do estudo, tendo como referência o seu objetivo.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A aproximação com a conformação histórica da extensão universitária no Brasil é de fundamental importância, considerando que cada transformação, cada conquista, bem como cada sinal de retrocesso, no que se refere à definição de políticas e práticas para a extensão, estão vinculados aos processos de mudanças sociais, econômicas e políticas, que caracterizam determinada conjuntura.

Como desdobramentos, a relação estabelecida com a sociedade, bem como o atendimento às suas demandas, explicitará o compromisso ético e político da universidade, por meio da extensão, com a realidade na qual essa sociedade está inserida, ou seja, de conservação ou de transformação. Assim, este capítulo aborda a história da extensão no Brasil, em especial, seus principais marcos, a política e os sinais teóricos.

Diante dessa premissa, retornamos à Idade Média, período marcado pela primeira experiência de universidade, ou seja, a Universidade de Bolonha, criada em 1088. Concebida como um complexo de conhecimentos e de cursos, com a ideia de universo, foi inicialmente coordenada e gerenciada por grupos religiosos, mais especialmente, pela Igreja Católica que, nesse tempo, comandava e fazia parte do centro do poder e do centro de produção de conhecimento (CORREIA, 2000).

O autor acrescenta que era uma universidade para profissionalização, conhecimentos filosóficos e de artes, embora assumindo um perfil mais aristocrático, ou seja, de universidade formadora das elites, dos grupos de conhecimento, dos grupos de poder. Assim, a universidade do mundo europeu assumia o compromisso exclusivo com o ensino, na perspectiva de consolidação da doutrinação teológica do cristianismo, no intuito de perpetuar a hegemonia do poder da Igreja sobre o saber, em resposta aos interesses da nobreza.

Nesse período do desenvolvimento da universidade de Bolonha, ainda não havia clareza em relação ao papel que essa instituição deveria ter com a sociedade. Desse modo, a forma de integração com a comunidade que ela vai começar a adotar, durante esse longo período, é inspirada no pensamento cristão, marcado pela caridade. Com essa compreensão, o desenvolvimento de atividades voltadas para a sociedade assume um caráter assistencial, caridoso, que inviabilizou o seu empoderamento e, conseqüentemente, a sua transformação (MEDEIROS, 2017).

Essa forma de fazer universidade se perpetuou por séculos, até o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, quando a força produtiva e qualificada para o trabalho passou a representar a função principal das instituições de ensino. Assim, a formação genérica de uma burocracia intelectualizada para ocupar cargos de poder vai sendo diluída diante da necessidade de uma formação profissionalizante, voltada para o mercado, como exigência da industrialização (CORREIA, 2000).

Mas essa formação profissionalizante provoca, também, uma mudança na relação entre universidade e comunidades. A universidade começa a desenvolver pequenas ações voltadas para as comunidades, embora assumindo um caráter de ensino técnico, profissionalizante e alfabetizante, com o objetivo de preparar as pessoas para o mercado de trabalho (MEDEIROS, 2017).

Então, a primeira experiência de extensão universitária vai ocorrer na Inglaterra, no final do século XVIII, sendo propagada, bem como sistematizada, nos meados do século seguinte, dadas as grandes transformações socioeconômicas decorrentes da Revolução Industrial. Como consequências, houve uma progressiva tendência técnico-científica, a separação entre capital e trabalho, burguês e proletário e um direcionamento da educação já existente como meio de preparação e disciplina da mão de obra material e intelectual, evidenciando as contradições sociais (CORREIA, 2000).

Diante dessas contradições sociais, a universidade se vê diante de uma sociedade adversa entre a burguesia dominante e o proletariado despreparado para desempenhar seus papéis de força produtiva. A universidade, então, vai aos que não podiam ir a ela, através dos cursos por séries específicas, sobre um determinado assunto, denotando assim uma função de transferência e expansão da cultura superior às massas, de forma unidirecional, endereçada às suas aptidões individuais (CORREIA, 2000). Assim, a universidade, mais uma vez, torna-se instrumento da cultura dominante, agora como promotora e produtora da necessária mão de obra qualificada, em resposta à necessidade da manutenção da força produtiva do trabalho.

O autor acrescenta que, nos Estados Unidos, pós-Revolução Industrial, o desenvolvimento da extensão ocorre com a criação das universidades populares, hoje mais conhecidas como universidades comunitárias, que tinham como foco a formação da classe trabalhadora, principalmente do campo, em especial, não

alfabetizado, na perspectiva de romper com o elitismo presente nas instituições de ensino citadas.

A partir de então, os movimentos de extensão universitária, já existentes, expandiram-se por vários países europeus e, de modo especial, nos Estados Unidos, não se constituindo, porém, como instrumento de formação crítica da sociedade, mas subjugados à ordem social vigente de exploração e intrinsecamente ligados ao surto de desenvolvimento econômico e social, fomentado pela Revolução Industrial.

A consolidação da ideia de extensão universitária na América deu-se no século dezenove, em 1830, sendo direcionada para a modalidade da educação de adultos, no sentido de torná-los aptos às necessidades do mercado. Nos EUA, a extensão tinha como finalidade a formação de líderes educacionais que visassem à elevação da nação para níveis mais altos, no âmbito do espírito da Era do Progresso (CORREIA, 2000).

Foi esse, então, o motor fundamental para a expansão da extensão universitária, que passou a ser considerada a grande inovação, na época, para o mundo acadêmico, bem como representando o maior avanço no conceito de universidade como serviço público (CORREIA, 2000). Esse avanço consolida a universidade como instrumento cooperativo de uma cultura dominante proposta, tornando-a muito mais a serviço do Estado que do cidadão.

Essa forma de pensar/fazer a universidade no mundo europeu e no americano, influenciou os fundamentos da extensão universitária no Brasil, cujo ensino superior foi implementado com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, com o curso de Teologia, que tinha como objetivo primordial despertar vocações religiosas. Porém, no período regencial, foram criados os primeiros cursos, com a finalidade de fazer permanecer burocratas no novo território a ser dominado pelos portugueses (WANDERLEY, 1999).

Assim, o primeiro ensino superior, no Brasil, iniciou-se com a transferência da corte portuguesa para o país, com a criação de cursos isolados de caráter prático e imediatista, com o objetivo de formar burocratas para o Estado. Mas a elite brasileira era refratária à ideia de implantação de cursos superiores, porque preferiam mandar seus filhos estudar em Coimbra, para obter a formação de bacharéis em Direito e em Medicina, que eram as principais formações na época (MEDEIROS, 2017).

Então, o Brasil vai ter suas primeiras experiências de cursos universitários, não de universidades, com os cursos de Direito criados em 1827, em Olinda e em São Paulo, consideradas as duas faculdades mais antigas do Brasil. A primeira experiência brasileira de universidade só vai começar na República, ou seja, em torno da década de 1920 (WANDERLEY, 1999).

Nesse momento, a extensão e a própria concepção acerca do que significa a universidade no Brasil começa a ser delineada e, conseqüentemente, o modelo de universidade a ser adotado no país. A extensão, nesses períodos, estava presente somente na forma de cursos profissionalizantes abertos à população, para aperfeiçoamento de mão de obra qualificada para suprir as necessidades momentâneas da economia da região.

As primeiras experiências com a extensão, no início do século XX, foram frutos de interesse e de iniciativa da própria comunidade acadêmica. O compromisso social da universidade brasileira era restrito a uma parcela da sociedade sem uma visão de ampliação, caracterizando-se pela desvinculação das necessidades objetivas das classes dominadas e, em contrapartida, pela vinculação com os interesses das classes dominantes.

Esse compromisso era influenciado pelas políticas econômicas da época, marcadas pelos ciclos de extração vegetal ou mineral, que determinavam a estruturação de classes na sociedade, baseada na distinção entre os grandes proprietários, senhores da concentração de renda, e os explorados, como mão de obra trabalhadora, oriundos da África e, posteriormente, da Europa (CORREIA, 2000).

No início do mesmo século, com a Universidade Popular Livre de São Paulo, em 1912, desenvolveram-se atividades de extensão universitária caracterizadas pela promoção de conferências e cursos gratuitos destinados à população. Apesar dessa evolução para a educação acessível às comunidades, a extensão ainda existia à margem das instituições superiores e, mesmo assim, longe das questões de justiça social. Servia apenas aos interesses governamentais sem um organismo próprio, como afirma Correia (2000, p.248):

Não era uma missão assumida pela universidade de ocupar-se dos próprios valores populares, em nível superior, de modo que a estrutura social se assentasse em novas bases sociais, mas, mesmo que levada ao povo, traduzia um processo de elevar o nível das

massas segundo exigências da evolução das forças produtivas dentro de uma ordem social vigente.

Segundo Gurgel (1986), foi sob a influência do ideário libertador e democrático do movimento estudantil para a reforma universitária, explícito no manifesto de Córdoba, na Argentina, em 1918, que a relação da universidade com a sociedade, a partir do interesse da própria classe estudantil, tornou-se mais forte, levando a uma maior preocupação com os problemas nacionais, modificando o futuro da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da própria universidade. Ficava evidente, então, que o movimento estudantil tinha a missão de colocar a escola a serviço do povo, cumprindo seu papel social junto à pesquisa e ao ensino.

Em 1922, segundo Correia (2000), é criada, no Brasil, a Universidade do Trabalho, que vai perdurar até os anos 1960, concretizando a ideia dualista da educação, ou seja, de um lado, a universidade tradicional, formadora de elites intelectuais e classes dirigentes e, do outro lado, a universidade destinada a atender às necessidades da formação e do aperfeiçoamento da força de trabalho para o capitalismo.

Assim, para o referido autor, passa a existir uma relação entre universidade e sociedade não só por parte do grande capital, mas também por parte dos atores acadêmicos, que entram em conformidade com a política do “educar para produzir”, consolidada mais tarde no governo de Vargas, pelos ideais do Estado Novo populista, responsável pela criação do Ministério da Educação e Saúde.

Essa política populista exerceu muita influência na extensão, em especial, com as experiências que vão ser desenvolvidas nos cursos ligados à área rural, da Agronomia, mais voltados para a formação da população camponesa, visando à melhoria da agricultura e à implementação do conhecimento do universitário nessas comunidades (MEDEIROS, 2017).

A autora continua afirmando que o rápido crescimento industrial propunha a priorização da manutenção da força de trabalho em condições favoráveis à produção. Diante dessa demanda, a universidade constituía o veículo perfeito, principalmente por meio de suas atividades de extensão, para promover o desenvolvimento dessa força do trabalho, tanto pela assistência médica curativa ambulatorial quanto pela capacitação através de cursos de aperfeiçoamento e de qualificação em todos os níveis.

Somente em 1931, por ocasião da publicação do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, a extensão passou a ser considerada como organismo da vida social da universidade e reconhecida pela oferta de cursos e conferências de caráter educativo (SOUSA, 2010). Esse fato revela um papel estrito de imposição de conhecimentos, contribuindo com o fortalecimento da sociedade exploradora da força de trabalho.

Ressaltamos que a extensão universitária, no Brasil, contou com o forte envolvimento e a mobilização do movimento estudantil, em especial, com a criação da UNE, em agosto de 1937. Os estudantes passam a questionar a concepção de extensão universitária elitista e academizante dos burocratas, evidenciando uma concepção de extensão voltada para as massas, mais informal, em sintonia com os problemas sociais, em espaços públicos.

Todavia, até a década de 1960, a extensão foi concebida como a atividade por meio da qual a universidade estendia seus conhecimentos à comunidade, no sentido de auxiliar e de dar assistência, promovendo determinados cursos, reproduzindo a ideia de que, na universidade, estão os detentores dos conhecimentos que precisam ser repassados à comunidade (MEDEIROS, 2017).

Porém, é nessa década, de 1960, que a crítica ao caráter autoritário, elitista e academizante da extensão se fortalece. Trata-se do momento em que o movimento estudantil ampliou o seu campo de atuação, com a criação, a partir de 1960, de quatro movimentos de características extensionistas, ou seja, o Serviço de Extensão Cultural (SEC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC), na Universidade Federal de Pernambuco, e, ainda, a Universidade-Volante (UNE-Volante), na Universidade Federal do Paraná (SOUSA, 2010).

Esses movimentos, em especial a CPC, construíram projetos de transformação para o ensino superior, ou seja, uma universidade que não se limite a produzir conhecimento, mas que seja integrada à transformação da própria sociedade na qual se encontra inserida. Assim, longe de ser reduzida a uma universidade que forma para o mercado de trabalho e/ou forma pessoas especializadas para uma determinada profissão, deveria ser uma universidade que transforma os seus estudantes e a realidade ao seu redor. Desse modo, esses movimentos fizeram com que a extensão assumisse uma postura de compromisso com a transformação da realidade social, impulsionada pelos estudantes universitários.

A década de 1960 foi marcada também pelas contribuições de Freire (2006) ao debate sobre a extensão universitária. O autor citado começou a questionar o modelo de extensão no qual prevalece a ideia de levar a educação e o conhecimento às comunidades, numa posição de superioridade das universidades. Diante da crítica, propôs um modelo diferenciado, que ele vai denominar de extensão a partilhar no diálogo, a partir da ideia de que ninguém sabe, pois os saberes são construídos no contato, no respeito, e esses saberes têm o objetivo de transformação crítica dos sujeitos envolvidos, tanto daquele que se propõe fazer o diálogo, quanto das comunidades com as quais esse diálogo é construído (MEDEIROS, 2017).

Contraditoriamente, na década de 1960, ocorre um duro golpe de Estado, com a instauração da ditadura militar. A ditadura é refratária à ideia de extensão defendida pela UNE, bem como à proposta de extensão popular que Paulo Freire estava desenvolvendo. Também nesse período, as universidades são submetidas ao controle dos militares, em especial, a sua produção de conhecimento, gerando uma universidade tímida e perseguida. Mas ao mesmo tempo, é no auge dessa ditadura que a extensão começa a aparecer mais fortemente em documentos oficiais e decretos legislativos em função do caráter crítico e transformador que vinha assumindo (WANDERLEY, 1999).

Durante esse período aconteceu a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, em 1961, regulamentando a ideia de que a universidade é formada pelo ensino e pela pesquisa. No entanto, o modelo de extensão adotado no período da ditadura militar foi, ainda, marcado pelo assistencialismo, pela oferta de capacitações, cursos técnicos, cursos profissionalizantes, cursos noturnos, cursos de alfabetização, sem uma perspectiva crítica. Assim, a extensão passou a ser negligenciada, tratada como secundária e subordinada ao ensino e à pesquisa (MEDEIROS, 2017).

Com o golpe militar de 1964, a UNE foi cassada e, conseqüentemente, o movimento estudantil desagregado. Assim, o Movimento Estudantil, agora denominado Diretório Central dos Estudantes (DCE), passou a atuar, sob a égide do Estado, em serviços de extensão, através do Projeto RONDON, cuja política era “Integrar para não entregar”. Essa política ocorreu por meio da integração interministerial do Governo Federal, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, juntamente com as lideranças

comunitárias e com a população. Tinha como fundamento básico a participação do universitário no processo de desenvolvimento nas áreas consideradas mais carentes do país. Conjuntamente com o projeto Rondon, são criados os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e os Campi Avançados (SOUSA, 2010).

O CRUTAC, um programa de interiorização da universidade, com filosofia humanitária, com didática de treinamento, surgiu em 1965, por iniciativa do professor Onofre Lopes, então Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, tendo como referência o modelo existente nos Estados Unidos. O programa permaneceu em atividade até o ano de 1986, momento em que passou por dificuldades financeiras e administrativas, culminando com o seu encerramento (CORREIA, 2000).

Colaborando com o debate, Medeiros (2017) acrescenta que os Centros Rurais tinham como objetivos possibilitar a prática e o treinamento para os estudantes do último ano do curso, sobretudo nas áreas de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Direito, Serviço Social, Educação e Economia, e dar assistência comunitária em unidades rurais no interior do estado.

Essa semente norterriograndense disseminou-se rapidamente por muitos outros Estados, com a criação de 22 CRUTACs. Neles, era possível os estudantes da área de saúde vivenciarem uma experiência, em órgãos vinculados à universidade, ainda que desenvolvendo ações em caráter técnico-assistencialista, sob a supervisão de um preceptor (CORREIA, 2000). Logicamente, em decorrência do contexto político autoritário e centralizador dos anos pós-1964, as ações de saúde encontravam-se ainda longe de uma assistência de base.

Para Medeiros (2017), suas atividades concentravam-se prioritariamente nas unidades hospitalares das cidades interioranas, desenvolvendo assim uma prestação de serviço muito mais curativa, centrada na doença e nos medicamentos. Nas palavras de Ceccim e CarvalhoLINS (2005), tratava-se de uma assistência embasada numa ciência das doenças, que recorre a uma clínica, ancorada no método experimental, para a restauração de uma suposta normalidade de saúde, de órgãos existentes em corpos frios, nos quais as enfermidades se instalam e evoluem.

Já o Projeto RONDON teve sua origem em 1966, no então estado da Guanabara, subordinado ao Ministério do Interior, com uma visão da universidade

como estratégica na geopolítica do desenvolvimento e agente de mudanças, priorizando as regiões subdesenvolvidas na integração cultural, remunerando recém-formados e levando alunos estagiários para o interior do país. O objetivo desse projeto integracionista era justamente a colonização da região Norte do país para os grandes empreendimentos, como o extrativismo mineral (MEDEIROS, 2017).

No entendimento de Correia (2000), para esse sistema centralizador de poder, o Projeto RONDON preenche o vazio político imposto à massa estudantil, empenhando a universidade no Plano Nacional de Desenvolvimento, através do emprego explorador de mão de obra gratuita, na modernização das comunidades subdesenvolvidas, atendendo assim aos interesses da hegemonia política mundial do desenvolvimento, a partir da utilização de menos recursos.

O Projeto já se aproximava um pouco mais da assistência às comunidades com ações de prevenção e promoção à saúde. Os estudantes eram treinados na detecção das doenças nas comunidades carentes e exerciam atividades não só de terapias como de prevenção e promoção de saúde, através da execução de palestras e oficinas. O RONDON foi extinto em 1989 e transformado em uma Organização Não Governamental-ONG, denominada Associação Nacional dos Rondonistas, que posteriormente foi reativada por força da UNE, especificamente, no segundo semestre de 2004. Em seguida, passou a ser uma divisão subordinada ao Departamento de Ensino e Cooperação (DEPEC), da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM) do Ministério da Defesa (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016).

No Estado pós-1964, foi executada uma política educacional autoritária, permeada pela ideologia da classe dominante, até que se estabeleceu, pela força estudantil, a reforma universitária¹. Contraditoriamente, como desdobramento, as ações da universidade foram estendidas às comunidades, sob a forma de cursos, conferências e serviços especiais, porém, para justificar e reforçar a assimetria entre

¹ Reforma Universitária de 1968: movimento que visou fundamentalmente à modernização e à expansão das instituições públicas, sobretudo das universidades federais e determinadas instituições estaduais, criando condições propícias para a articulação das atividades de ensino e pesquisa antes desconectadas, além de acoplar o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, impulsionando a formação de novas gerações de pesquisadores, ao mesmo tempo que abre condições para o surgimento de um ensino privado voltado para a mera transmissão de conhecimento, que prioriza a profissionalização longe de um horizonte intelectual crítico, mas estruturado nos moldes de empresas educacionais voltados para a obtenção de lucro econômico e para o progressivo atendimento de demandas do mercado educacional (MARTINS, 2009).

dominantes e dominados, entre sujeito e objeto, não se alterando as relações dialéticas da ordem social vigente (CORREIA, 2000).

O autor acrescenta que a ida da universidade para a comunidade, nesse aspecto político, é uma justificativa para a prática de justiça social, na tentativa de compensar os impostos e taxas pagos pela população, ou seja, é levar unilateralmente uma universidade alienada e alienante ao povo, sem uma função crítica profissionalizante para com os estudantes. Aqui, a extensão era realizada como um compromisso social da universidade, porém ainda condizente com a política vigente de estratificação de classes e grupos sociais, em que o assistencialismo se sobrepunha à formação de uma cidadania crítica, capaz de questionar os seus verdadeiros direitos.

Os Campi Avançados assumiram um caráter mais permanente. Foram criados em 1969, inicialmente pela Universidade Federal de Santa Maria-RS, em regiões subdesenvolvidas e carentes, aperfeiçoando os objetivos e métodos de ensino e pesquisa das universidades das regiões mais desenvolvidas, atendendo assim às estratégias ligadas a vazios demográficos em recursos humanos, econômicos e culturais no Brasil (FALCÃO, 2006).

Os Campi Avançados descentralizaram a Universidade com o objetivo de tentar fazer uma redistribuição dos profissionais produzidos, na perspectiva de preencher a grande lacuna existente nas pequenas cidades do interior do país, levando, assim, para essas áreas, recursos técnicos e a reprodução de uma política desenvolvimentista modernizadora, na qual as universidades de origem estavam inseridas.

Em síntese, os programas citados representaram estratégias utilizadas pelo governo militar como alternativas controladoras e reguladoras do movimento estudantil e do movimento popular. Assumiram um caráter domesticador, de controle e como forma de abrandar as necessidades da população que começava a pressionar pelo acesso à escola, à educação superior. Esse caráter dado à extensão permaneceu até os anos 1980, momento de transição entre a ditadura militar e a democracia (MEDEIROS, 2017).

A autora acrescenta que, nos anos 1980, período de redemocratização da política no Brasil, impulsionada pelos movimentos sociais organizados, caminho para o estabelecimento de um governo civil, ocorreu, nas universidades, o fortalecimento do movimento dos docentes e estudantes em defesa da

democratização da universidade. No que se refere à extensão, o debate ocorreu no sentido de repensar o seu papel social, vinculando-a ao exercício da transformação da sociedade excludente. Não significa dizer que a disseminação de conhecimentos, a difusão da cultura e a prestação de serviços deixaram de ser importantes, mas eram insuficientes diante da realidade social. Assim, o desafio estava em dotá-las de um novo sentido.

Para Souza (2010), nesse processo de redemocratização da política brasileira, em que é reelaborada a concepção de universidade pública, a ideia de extensão universitária, por consequência, é reconstruída por meio do FORPROEX.

Aliás, a criação, em 1987, do FORPROEX significou um grande avanço para a extensão universitária e, conseqüentemente, para o redimensionando da função social da universidade, bem como para a reafirmação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com os movimentos sociais. A extensão transitou, então, do enfoque de fóruns de cultura/difusão do conhecimento acadêmico para o de inserção na realidade social e política brasileira (SOUSA, 2010).

A autora acrescenta que as três questões básicas para discussão no Fórum centravam-se na conceituação, na institucionalização e no financiamento da extensão. Conceituação, para melhor entender o verdadeiro papel social da universidade; institucionalização, para solidificar a extensão como parte imprescindível do tripé universitário no processo ensino/aprendizagem; e financiamento, para garantir os recursos necessários para realização dos seus objetivos e propósitos fundamentais.

Como desdobramento do trabalho e da mobilização do FORPROEX, em 1990, foi criada a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), com o objetivo de coordenar as políticas e as práticas da extensão em todo o Brasil, para que estas seguissem os princípios debatidos e deliberados em cada FÓRUM (SOUSA, 2010).

Para a autora, com a criação do FORPROEX, foram identificados três interlocutores nucleares imprescindíveis para a prática extensionista no Brasil, ou seja, os estudantes, representados pelo seu movimento organizado; o Estado, representado pelo Ministério da Educação (MEC); e as próprias universidades, como Instituições de Ensino Superior (IES). É a participação desses interlocutores que possibilita à extensão universitária cumprir o seu papel de intermediador entre a universidade e a sociedade, viabilizando assim o cumprimento de seus amplos

objetivos, propostos diante da necessidade de contribuir com a transformação da realidade na qual está inserida.

Na década de 1990, além do FORPROEX, o movimento estudantil foi ganhando força com a retomada da UNE, que, em 1992, convocou os estudantes para as manifestações pró *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Foram evidenciadas, então, novas formas de organização estudantil nas universidades. Como exemplo, temos a criação de parceria entre a universidade e empresas da sociedade, como as Empresas-Júnior, que são associações civis administradas por estudantes de graduação, com o objetivo de prestar serviços ou desenvolver projetos para micro e pequenas empresas, seguindo o modelo da Europa e dos Estados Unidos (MEDEIROS, 2017).

Essa integração entre a universidade e as empresas possibilita à universidade as condições necessárias para fornecer elementos aos profissionais, no atendimento aos problemas humanos, bem como às empresas as ferramentas necessárias para a construção da sensibilidade de detectar problemas humanos. Desse modo, a universidade cumpre melhor sua missão, estabelecendo a articulação do Ministério da Educação com os Ministérios do Trabalho e do Interior (SOUZA, 2010).

Entretanto, há um reforço da instrução para a força produtiva do trabalho e a mercantilização dos bens sociais, que foi concretizada a partir do ano de 1994, sob a égide do neoliberalismo do governo de Fernando Henrique Cardoso, fazendo da universidade uma fábrica de mão de obra preparada para um mercado competitivo (MEDEIROS, 2017).

Para Correia (2000, p. 382), em nome da modernização, o discurso político neoliberal do governo, na integração universidade/comunidade, através dos grandes projetos de impacto social, reafirmou as ideias da sociedade capitalista da divisão de classes e do trabalho e do consumismo dos produtos da grande indústria, abrindo e alargando o fosso social e econômico entre o capital e o trabalho, forjando assim “[...] a extensão extensionista, transmissiva, conquistadora, verticalizada, não-dialógica”. A extensão, com essa funcionalidade, foi explorada e incentivada pelo sistema neoliberal desse poder, com as prerrogativas de amenizar a exclusão social.

Contraditoriamente, no primeiro encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987, a extensão foi definida como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a

universidade e a sociedade. Assim, a extensão contribui para a superação da histórica dicotomia entre teoria e prática, bem como entre o saber e o fazer, por meio de um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integral da sociedade (MEDEIROS, 2017).

A extensão, portanto, como um dos componentes do tripé acadêmico, conjuntamente com o ensino e a pesquisa, é uma via de mão dupla por onde transitam a sociedade e a universidade, e esse conceito tenta modificar a ideia tradicional e dominante da compartimentação do conhecimento da realidade, visando modificar progressivamente a forma de produzir o saber para um caráter interdisciplinar, a fim de construir um pensamento crítico e uma competência ético-técnico-científica de compromisso com a transformação da realidade social (NOGUEIRA, 2000).

O conhecimento para todos da sociedade, indistintamente de sua posição, faz da extensão um crédito da universidade, colocando-a em patamar de mesmo nível hierárquico que os ocupados pelo ensino e pela pesquisa. Para o Fórum citado, essa elevação de posição para a extensão necessita de um longo caminho, que seria sua futura institucionalização efetiva na universidade. Nesse caminho, o MEC, no ano de 1993, com a finalidade de elaborar os programas específicos para definição dos princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES, criou também a Comissão de Extensão Universitária (MEDEIROS, 2017).

No entanto, a extensão como meio de difusão das conquistas de benesses à sociedade produzidos pela universidade foi consolidada no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 1996, ficando evidente o pouco avanço acerca do conceito e da forma da extensão. Para Serrano (2011), a LDB citada reforça a concepção de extensão como mecanismo de acesso ao conhecimento produzido na universidade, sob a forma de cursos, portanto, via de mão única. Acrescenta o autor que

[...] a normatização da educação superior não tem conseguido trazer para o institucional o processo pedagógico que está em construção [acerca do papel da extensão] a dimensão de uma universidade produtora de um conhecimento democrático, participativo, que desenvolve a autonomia na produção dos bens culturais (SERRANO, 2011, p. 33).

Na contramão, as recomendações do FORPROEX previram um novo conceito de sala de aula, para além do limite do espaço físico, pela interface

universidade/comunidade para a possibilidade de produção de conhecimento. A extensão, nesse momento, além de ser um meio de integrar a universidade e a sociedade, passou também a ser uma fonte geradora de recursos e com isso tornou-se ponto de referência para os gestores das universidades (NOGUEIRA, 2000).

Assim, perceberam-se os novos interesses na extensão, assumindo um novo espaço de poder, possibilitando encontrar o caminho para dar uma nova vertente de influências, visando à construção de uma nova relação entre as IES e o Estado, mesmo que de forma lenta e pouco ousada.

Mais precisamente na área da saúde, a partir de 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve um maior fortalecimento de uma articulação entre a comunidade e a universidade, pela interface com o Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das iniciativas nacionais, como os Polos de Educação Permanente em Saúde para o SUS, juntamente com o Ver-SUS (vivências e estágios para estudantes de graduação na realidade SUS), com o Aprender-SUS (cursos de graduação na realidade SUS) e com o Ensina-SUS (pesquisa sobre ensino da integralidade em saúde). Essa articulação foi proporcionada pelo compromisso da gestão do conjunto da rede de serviços do sistema de saúde com as instituições de ensino (CECCIM; CARVALHO 2005).

Apesar de todos os avanços obtidos, a extensão ainda não se constitui, em algumas universidades, como parte inerente ao processo de formação. Ou seja, é trabalhada de forma voluntária, esporádica e de acordo com o desejo individual de apenas alguns docentes. Geralmente, esses docentes são denominados de sonhadores e estigmatizados em um espaço que é, obrigatoriamente, constituído pelo tripé ensino/pesquisa/extensão.

Na tentativa de garantir o tripé na universidade, em atendimento às demandas do FORPROEX, o desafio inicial apresentado às instituições de ensino superior, pelo Ministério da Educação, é a incorporação ao processo de formação de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014)

Estabelecer um percentual mínimo para extensão cumpre a integração desta ao processo de curricularização, porém ainda não assegura a indissociabilidade extensão/pesquisa/ensino. Aliás, esse tema vem sendo objeto de debates constantes nos últimos FORPROEX, nos quais vem se utilizando o termo

“extensionalização do currículo”, ou seja, a necessidade de fazer da extensão parte do tripé universitário, imprescindível para a formação profissional contextualizada, comprometida com a transformação da realidade na qual está inserida.

Ressaltamos que, apesar de todos os avanços conquistados pela extensão universitária, ela enfrenta o desafio de construir uma nova hegemonia, por meio da formação de profissionais orientada pelo referencial teórico e metodológico da extensão popular, bem como fundamentada no respeito aos saberes populares, como forma de viabilizar uma efetiva articulação entre a universidade e a comunidade, perseguindo uma verdadeira cidadania (SILVA et al., 2010).

A autora citada acrescenta que a concretização da extensão não ocorre apenas com a oferta de serviços à comunidade, em troca da vivência acadêmica, mas, em especial, com o movimento dialético, em que a universidade ensina à comunidade e, ao mesmo tempo, aprende com ela. Somente com a imersão e no convívio com a comunidade, a concepção de educação comprometida com processos de mudança social é construída, coletivamente, para o estudante.

A hegemonia do saber cognoscente das ciências se difunde com a simplicidade e a sapiência das comunidades (SILVA et al., 2010). Isso possibilita ao estudante a qualificação necessária para ser um profissional que constrói as estratégias para o enfrentamento dos problemas sociais, de forma coerente com sua realidade. Desse modo, evita o estranhamento do conhecimento popular, que ainda se mantém distanciado da aprendizagem formal na universidade.

A extensão popular tem como intencionalidade a emancipação social, em articulação com a função acadêmica e social da universidade. Nesse sentido, pressupõe o enfrentamento da dicotomia educação/trabalho, saber científico/popular, estabelecendo um novo patamar de construção do conhecimento, envolvendo a universidade e a cultura da comunidade local (SERRANO, 2011, p. 38-39). Para a autora, educação popular é importante como

[...] prática social instituída e instituinte das relações sociais, nela compreendendo o cultural, o político e o econômico, como um espaço de construção contra-hegemônica, integrado e integrante das forças políticas que negociam entre si os caminhos a serem dados ao desenvolvimento social.

Importante ressaltar que a extensão popular não assume um papel de redentora de todos os problemas da sociedade, uma vez que não é esta a função

social da universidade, que não pode assumir o papel das políticas públicas ou outras funções inerentes ao Estado. No entanto, em razão da sua função social, a universidade não pode se distanciar dos problemas e das estratégias de enfrentamento desses problemas (SERRANO, 2011).

Corroborando com esse pensamento, Medeiros (2017) afirma que, defender a extensão popular não significa negar a importância de práticas assistenciais, pois elas são necessárias no próprio contexto extensionista. O que é questionado é a forma como vem sendo realizada e o compromisso gerado, uma vez que se reduz a uma assistência acrítica.

A autora acrescenta ainda que a prática da assistência na extensão universitária popular precisa ser dosada de criticidade, ou seja, precisa ser acompanhada de uma perspectiva crítica do próprio atendimento de saúde. Como exemplo, um estudante universitário, da área da saúde, numa extensão universitária popular, requer o debate em torno do valor do SUS, bem como a sua própria defesa como um bem público. A não efetivação desse debate na formação dos profissionais da saúde, independentemente do espaço de aprendizagem, traduz uma formação frágil, haja vista que o SUS é o que permite a universalidade da saúde, é o que permite o contato direto com a população, é o que faz com que a saúde não seja um privilégio, mas, de fato, seja um direito.

Mesmo na assistência individual, existe espaço para a criticidade, e esta nos dá um viés de uma perspectiva de extensão popular. Não necessariamente seria só o contato com a comunidade, no curso de formação, que nortearia a extensão popular, mas os seus princípios e valores precisam permear todas as práticas.

Nesse sentido, Freire (2006) nos ensina que o contato da gente com o mundo, com nosso mundo circundante, requer um contato que gere criticidade das nossas próprias práticas, repensando novas práticas e nos colocando constantemente em movimento de mudança, entendendo que somos sujeitos em formação, sujeitos aptos a mudanças. A universidade não é detentora do conhecimento, já que este se produz no diálogo.

Na contramão desse debate, o Brasil e, conseqüentemente, a universidade encontram-se numa conjuntura de plena expansão do projeto neoliberal, que ganhou força com o golpe parlamentar, jurídico e midiático, ocorrido em 2016. Essa conjuntura é marcada por políticas privatistas, de ajuste, que comprometem a educação superior, garantida pela Constituição Federal de 1988.

Porém, evidenciamos um grande movimento popular de resistência às medidas de ajuste econômico neoliberal, na perspectiva de fortalecer as políticas públicas e a democratização da sociedade e do Estado brasileiro, bem como a esperança na consolidação da cidadania. Esse desafio está posto para a universidade e, conseqüentemente, para a extensão.

3 O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX)

O FORPROEX constitui espaço para a mobilização e a articulação política de pró-reitores de extensão das universidades públicas. Desse modo, é de significativa importância para discussão, pactuação e construção conjunta, bem como para o desencadeamento e o fortalecimento de mudanças políticas e práticas de extensão em articulação com o ensino e com a pesquisa.

O FORPROEX, formalmente instituído em 1987, expressa, nos relatórios de seus eventos, discussões acerca de temáticas que envolvem e/ou são específicas da extensão, que, ao longo de suas edições, são retomadas como forma de avaliar a viabilidade de sua concretização na prática das universidades, bem como assegurar a atualidade e o aprofundamento dessas temáticas, considerando a dinâmica da educação e, conseqüentemente, da realidade.

Ressaltamos que todas as temáticas debatidas nos eventos, bem como as ações de extensão programadas pelas universidades públicas, tiveram como referência a Política Nacional de Extensão, pactuada no Fórum citado e editada em 1999.

Com essa compreensão, este capítulo aborda a trajetória histórica do FORPROEX, tendo como referência os eventos realizados, bem como discute, numa primeira aproximação, a curricularização da extensão, temática em evidência no Fórum citado.

3.1 Sobre o histórico dos encontros realizados pelo FORPROEX

O FORPROEX significou um marco diferencial na história da extensão no Brasil, pela capacidade de mobilização e articulação no sentido de rever o conceito de extensão, o seu financiamento, bem como o seu espaço na universidade e, em especial, na defesa da necessária indissociabilidade entre ela, o ensino e a pesquisa. Essa mobilização culminou com a inserção, na Constituição de 1988, em seu artigo 207, dessa indissociabilidade, conforme podemos observar no seu texto: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

O Fórum citado é definido como “uma entidade voltada para articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia”. Para dar conta dessa definição, tem como objetivos:

Art. 3º São objetivos do Forproex: I. Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras; II. Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; III. Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica; IV. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas; V. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007, p.12).

A entidade citada se reúne ordinariamente, uma a duas vezes por ano, e é composta por Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras. Tem uma coordenação nacional, que é composta por presidente e vice, cinco coordenadores regionais e respectivos subcoordenadores, uma secretaria executiva, comissões e assessores especiais. Ela é um convite para que os participantes se vejam como sujeitos responsáveis pela construção de cenários favoráveis ao novo que se quer construir a partir do saber e do poder compartilhados (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007).

O FORPROEX tem, como princípio de organização, o trabalho associativo, como órgão ligado aos pró-reitores de extensão. Para a ampliação de seu alcance, foi essencial a dinamização do trabalho em rede, tendo como órgão de comunicação o portal da Rede Nacional de Extensão (RENEX). Assim, cada conjunto de colaboradores de pró-reitorias ou órgãos de gestão da extensão e instituições ou movimentos que elejam como direcionalidade o desenvolvimento da extensão universitária, bem como profissionais, pesquisadores e outros interessados, podem

ser inseridos nessa rede (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007).

O FORPROEX congrega mais de 100 instituições de ensino superior no Brasil, que fazem dele um expressivo representante nacional nas discussões relativas à extensão, bem como nas reivindicações para criação de políticas específicas de extensão, como parte das políticas públicas para educação superior brasileira.

Para orientar o trabalho da extensão, foi pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas no FORPROEX, a Política Nacional de Extensão, tendo como documento referencial o Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999. Esclarecemos que essa política reafirma os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX, muitos deles formalizados no Plano Nacional citado.

Porém, a política atualiza o conceito de extensão universitária, bem como acrescenta outros objetivos, além de rever os seus princípios norteadores, que foram necessários para o enfrentamento de novos desafios e o aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da extensão universitária.

A Política Nacional de Extensão define extensão universitária, considerando a sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 28).

Essa Política define, ainda, diretrizes que devem estar presentes em todas as ações de extensão e que podem ser, didaticamente, expressas em: Impacto e transformação; Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão; e Impacto na formação do estudante.

Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que

colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, e preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar; *Interação dialógica*: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão; *Interdisciplinaridade e interprofissionalidade*: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas; *Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão*: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz, abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos Universitária. *Impacto na formação do estudante*: As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 30-4).

Essas diretrizes, que estão presentes ao longo da existência do FORPROEX e que foram atualizadas pela política formalizada em 2012, vêm orientando a realização dos encontros organizados e convocados pelo FORPROEX. Já se somam mais de 40 (quarenta) edições de encontros desse Fórum, realizados em vários estados da Federação Brasileira, nos quais foram debatidos variados temas, sendo acrescentados, ano após ano, objetivos, desafios e estratégias metodológicas para que a extensão, cada vez mais, solidifique-se como o espaço de concretude do papel social da universidade.

O **I Fórum** ocorreu na Universidade de Brasília-DF, em novembro de 1987, momento em que foi definido o conceito de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987).

Nesse encontro, foi recomendando que a extensão seja institucionalizada tanto do ponto de vista administrativo quanto no da prática acadêmica, passando suas atividades a serem computadas na carga horária, a partir de uma integração efetiva entre os Pró-Reitores de Extensão, de Ensino e de Pesquisa. Externou-se também, nesse primeiro Fórum, a necessidade de recursos do tesouro para garantir a disponibilidade permanente de verbas para assegurar continuamente as atividades extensionistas (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987).

Em maio de 1988, em Belo Horizonte - MG, por ocasião da realização do **II FORPROEX**, a concepção de extensão, como prática acadêmica, foi aprofundada no sentido de entendê-la como espaço que interliga a universidade com as demandas da sociedade, resgatando assim a cidadania como valor norteador da práxis universitária, redimensionando o conceito de sala de aula como espaço dentro e fora da instituição, bem como recomendando a obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1988).

No **III Fórum**, realizado em Belém-PA, em julho de 1989, discutiu-se a extensão como espaço estratégico para a promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, superando a forma histórica dominante da compartimentação do saber da realidade (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1989).

Em 1990, o **IV Fórum** se reúne em Florianópolis, convocando as universidades públicas brasileiras para inserirem, nas suas agendas, como ação prioritária, a alfabetização de crianças, jovens e adultos, visando à recuperação imediata do sistema regular de educação do país, com base para a superação dos problemas afetos à educação (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE

PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1990).

O **V Fórum**, realizado em junho de 1991, em São Luís - MA, enfrentou o desafio de construir novas diretrizes políticas no sentido de assegurar à extensão o mesmo tratamento dado ao ensino e à pesquisa em relação ao planejamento orçamentário das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área. Nesse encontro, foi sugerido privilegiar ações integradas com as administrações públicas, submetendo as atividades de extensão a um sistema de avaliação, de modo análogo às demais atividades de ensino e pesquisa, para que se pudesse manter o mesmo nível hierárquico na estrutura administrativa universitária (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1991).

No **VI Fórum**, ocorrido em Santa Maria - RS, no mês de abril de 1992, foi incentivada a formação de corredores culturais, em níveis regional e nacional, extrapolando os muros das universidades através da arte. Nesse encontro, foi feita, ainda, uma análise acerca do papel das práticas esportivas recreativas e de lazer como instrumentos de melhoria da qualidade de vida das comunidades interna e externa (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1992).

O tema referente à avaliação da extensão foi retomado no **VII Fórum**, em junho de 1993, em Cuiabá-MT, contemplando o processo político-técnico na função acadêmica e na função social da universidade. O primeiro, caracterizado como fator de natureza endógena; e o segundo, considerado como de natureza exógena. Ambos servindo como banco de dados de atividades, na forma de rede nacional (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1993).

Como desmembramento do debate citado, foram discutidas temáticas como construção da cidadania; aprofundamento do perfil da extensão em suas práticas, como prestação de serviços, parceria, assistência em saúde, educação continuada, relação com a cultura, entre outros, para a definição de políticas acadêmicas e estratégicas; ampliação do conceito de sala de aula para além do limite do espaço físico da universidade; visão do estágio curricular como um dos instrumentos que viabilizam a extensão como momento da prática profissional; discussão sobre a qualidade da função social das universidades; estabelecimento de indicadores

quantitativos das ações extensionistas; e discussão do Plano Nacional de Extensão Universitária. Essas temáticas foram aprofundadas por ocasião do XIV Fórum de Pró-Reitores (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1993).

O **VIII Fórum**, realizado em maio de 1994, em Vitória - ES, reafirmou que a universidade deve ser um espaço aberto às discussões que permitam o pleno exercício da cidadania, visando à superação da exclusão ou da marginalização, que ainda mantêm setores da sociedade alheios ao exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos, como também do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano. Portanto, a universidade, nessa construção da cidadania, passa a ter uma identidade com a sociedade, identificando-se como sujeito social, empreendendo, como estratégia vital, a produção e a difusão articulada da ciência, da arte, da tecnologia e da cultura (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1994).

O **IX Fórum**, ocorrido em junho de 1995, em Fortaleza - CE, reconheceu a necessidade de formar comissões temáticas com o objetivo de aprofundar o perfil da extensão em suas práticas, como prestação de serviços, parceria, assistência em saúde, educação continuada, relação com a cultura, dentre outras, de maneira a definir políticas acadêmicas e estratégicas. As universidades devem aprimorar mecanismos de avaliação capazes de dar conta dos impactos internos e externos de suas ações, direcionadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, capacitando o ensino para a formação de profissionais críticos, hábeis, competentes e transformadores da realidade social (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1995).

O **X Fórum**, realizado em 1996, na cidade de Belém-PA, abordou as temáticas relativas a: possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade; criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais; aprofundamento do novo conceito de sala de aula para além do limite do espaço físico; estágio curricular como um dos instrumentos que viabilizam a extensão como momento da prática profissional; integração do estágio a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes (NOGUEIRA, 2000).

O **XI Fórum**, realizado em 1997, em Curitiba-PR, assumiu o desafio de discutir a avaliação da extensão universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB, que propõe o fomento de uma cultura avaliativa da universidade, de modo a envolver toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade da função social das universidades (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1997a).

O **XII Fórum** aconteceu em dezembro de 1997, em Brasília-DF. Nesse encontro, foram selecionados os indicadores quantitativos das ações extensionistas, entre os quais: número de projetos desenvolvidos, público estimado, número de eventos realizados, público beneficiado, tipos de cursos de extensão, número de certificados, número de produtos elaborados, prestação de serviço e número de municípios atendidos em ações extensionistas (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1997b).

No **XIII Fórum**, em Brasília, em março de 1998, foi discutido o texto preliminar do Plano Nacional de Extensão. O debate adotou, como referência, as reflexões e experiências que o Fórum acumulara e que tinham expressividade em outros aspectos da vida universitária, como a condução do processo avaliativo e a autonomia. Os relatos registram que, apesar das longas discussões ocorridas, a complexidade da temática exigia ainda alguns acertos para o fechamento de proposições (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1998a).

No **XIV Fórum**, realizado em maio de 1998, na cidade de Natal-RN, o debate ocorreu acerca do Plano Nacional de Extensão Universitária como um instrumento de mudança: Princípios básicos; Significado e importância; Objetivos; Metas; Áreas temáticas: Universidade cidadã; Financiamento e Avaliação (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1998b).

O **XV fórum** foi realizado em maio de 1999, em Campo Grande - MS. Nesse evento, foi criada a RENEX, com a função de manter o cadastro atualizado das instituições integrantes do FORPROEX, divulgar ações de extensão das universidades e coordenar o Sistema Nacional de Informações de Extensão

(SIEX/Brasil), que constitui o banco de dados sobre as práticas de extensão no país (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Já a Coleção Extensão Universitária foi aprovada no **XVI Fórum**, realizado em junho de 2000, em João Pessoa-PB. Essa coleção apresenta pressupostos e diretrizes para a organização da extensão nas universidades brasileiras, principalmente no que tange à permanente necessidade de avaliação institucional das atividades de extensão universitária, bem como cria condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população (SANTOS JÚNIOR, 2013).

A partir do **XVII Fórum**, ocorrido em maio de 2001, em Vitória - ES, foi fortalecido o debate a respeito da flexibilização curricular e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sugeriu-se a flexibilização como possibilidade de superação do conceito rígido de disciplina, avançando para a concepção de componente ou atividade curricular, envolvendo um conjunto diversificado (incluindo a extensão) e, ao mesmo tempo, articulado de experiências de aprendizagem. A concepção de flexibilização requer rever, também, os conceitos de crédito, carga horária e de integralização curricular, tornando-se, portanto, imprescindível pensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fator relevante para uma nova compreensão da flexibilização curricular (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001).

Esse debate relativo à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e sua relação com a flexibilização curricular foi retomado e aprofundado por ocasião do **XVIII Fórum**, ocorrido em 2002, em Florianópolis-SC (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2002).

O **XIX Fórum** foi realizado em 2003, em Manaus-AM. Porém, não identificamos o seu relatório, contendo as temáticas debatidas, bem como as recomendações, além de registro sobre o evento em algum artigo (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2003).

No **XX Fórum**, realizado em Recife-PE, em maio de 2004, e no **XXI Fórum**, realizado em São Luís-MA, em maio de 2005, foram amplamente discutidas as temáticas relativas ao princípio da educação superior, como sistema nacional, que

incorpora a autonomia universitária como uma prática indissociável da extensão, da pesquisa e do ensino, e a extensão como instrumento de inclusão social (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2004;2005).

Já no **XXII encontro**, realizado em Porto Seguro - BA, em maio de 2006, foi aprovado o documento de referência para a organização e a estruturação da extensão nos três níveis (nacional, regional e local), bem como o trabalho das Comissões de Áreas Temáticas, quais sejam: comunicação, saúde, educação, direitos humanos e justiça, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

A realização do **XXIII Fórum**, realizado em Brasília–DF, em maio de 2007, foi marcada pela participação da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) para a socialização das experiências em torno das ações de extensão. Ela compreende uma série de experiências de extensão universitária, inspiradas e orientadas pela Educação Popular, fundamentadas em Paulo Freire e em outros autores, com a finalidade de contribuir para a emancipação humana, especificamente daqueles setores sociais mais desfavorecidos. Na ocasião do encontro, houve reunião de gestores para repensar, definir e propor linhas de políticas públicas para a Extensão Universitária (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007).

Em Curitiba-PR, no ano de 2008, o **XXIV Fórum** debateu sobre a parceria das universidades com o Estado e com os municípios, tendo como referência a experiência das universidades do Paraná (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2008).

A partir de 2009, o FORPROEX, com o intuito de intensificar os debates e concretizar suas propostas, passou a se reunir duas vezes por ano, ora retomando temas de encontros passados, ora trazendo novos desafios para a consolidação da extensão como o caminho para o compromisso social da universidade.

Em João Pessoa-PB, no mês de junho de 2009, o **XXV Fórum** retomou o debate acerca dos desafios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa feita, entendendo-a como compromisso ético e político para com os direitos

humanos, no sentido da transformação social a partir da superação das desigualdades e da construção da cidadania (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2009a).

No mesmo ano, no mês de novembro, no Rio de Janeiro-RJ, o **XXVI Fórum** foi realizado com o propósito de escolher um membro para representar o FORPROEX no Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social, que reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a replicação, em escala, de tecnologias sociais (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2009b).

No ano de 2010, os dois encontros abordaram a institucionalização da extensão. O **XXVII Fórum**, no mês de junho, em Fortaleza - CE, retomou a trajetória histórica de luta do FORPROEX; e o **XXVIII Fórum**, no mês de novembro, em Santo André - SP, relacionou a existência de programas de extensão já institucionalizados como indicador de monitoramento. Foi nesse encontro proposta uma sociedade brasileira de extensão com CNPJ (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2010a; 2010b).

Nesses encontros, o conceito de extensão universitária, estabelecido em novembro de 1987, em Brasília, foi amplamente debatido, considerando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como desdobramento, foi a extensão redefinida como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 8).

O **XXIX Fórum**, realizado em maio de 2011, em Maceió - AL, foi marcado pelo debate sobre o fortalecimento da extensão universitária como prática acadêmica e como contribuição na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira. Para esse fortalecimento, foram incluídos diversos pactos, dentre os quais: a adequada inserção da extensão nas metas para a educação superior no PNE; a regulamentação da extensão como prática acadêmica; o reconhecimento

das ações de extensão e do esforço docente e técnico nas normas e nas carreiras acadêmicas; a criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão; e o estabelecimento e o fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovada da universidade na superação da iniquidade social (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2011a).

Em novembro do mesmo ano, o **XXX Fórum** aconteceu em Porto Alegre -RS, com a conclamação aos extensionistas para promoverem uma intervenção vibrante na sociedade, ampliando o caráter inclusivo da extensão universitária e a reafirmação da necessidade de o FORPROEX atuar em duas dimensões: uma interna, para fortalecer a institucionalização da extensão nas IES e outra externa, com parceiros e mantenedores (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2011b).

Com esse propósito, foi realizado o **XXXI Fórum**, em Manaus-AM, em maio de 2012. No momento, foi discutida a incorporação curricular da extensão e a sua inserção nas metas para a educação superior no PNE, bem como o financiamento satisfatório, além da incorporação da extensão no processo de avaliação (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2012a).

Já no **XXXII Fórum**, ocorrido em novembro do mesmo ano, em Brasília-DF, bem como no **XXXIII Fórum**, realizado em maio de 2013, no Rio de Janeiro-RJ, foi reafirmada a importância da manutenção do FORPROEX, além de serem estabelecidos critérios para que a extensão pudesse ser contemplada na concorrência a bolsas de internacionalização ofertadas pelos órgãos governamentais. Para isso, seriam necessárias a criação de fontes permanentes de recursos financeiros e a garantia de gestão orgânica nacional e do repasse desses recursos para as Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPESBs) (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2012b; 2013a).

Em Palmas -TO, no **XXXIV Fórum**, em novembro de 2013, foram discutidos a inclusão digital e o papel das universidades, a educação popular, a educação a distância e extensão universitária (ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE

PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2013b).

Em maio de 2014, em Belém-PA, o **XXXV Fórum** chamou a atenção para a urgência na aprovação e na efetivação do Plano Nacional de Educação e na aprovação e na implementação da política de internacionalização universitária, conforme documento “Programa de Extensão sem Fronteiras” (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014a).

Em Goiânia-GO, a discussão do programa nacional de formação musical e do programa Mais Cultura nas Universidades, como estratégias para o desenvolvimento e cidadania, marcou o **XXXVI Fórum**, que aconteceu em novembro do mesmo ano (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014b).

Novos desafios para a extensão foram alvos de discussão no **XXXVII Fórum** em Gramado - RS, no mês de maio de 2015. Dentre esses desafios, a implementação da inserção de 10% de créditos curriculares advindos da extensão nos Projetos Políticos-Pedagógicos, como previsto no PNE, a partir de um profundo e intenso diálogo entre o FORPROEX, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES) e outros parceiros aliados. Esse encontro reiterou a necessidade da criação de setor específico do MEC para a gestão da extensão universitária, conforme solicitado em encontros anteriores. A implementação dos 10% da carga horária total dos currículos destinados à extensão passou a ser ponto crucial nos debates dos fóruns, sendo tema retomado no encontro seguinte, ou seja, no **XXXVIII Fórum**, em novembro do mesmo ano, em João Pessoa-PB (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015a; 2015b).

O **XXXIX Fórum**, ocorrido em maio de 2016, em São Bernardo do Campo-SP, enfrentou o debate sobre um modelo de alocação de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como de políticas públicas no contexto da diversidade (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2016a).

Já o **XLº Fórum**, em setembro do mesmo ano, realizado em Ouro Preto-MG, abordou a temática relativa a inovação e emancipação a partir de valores humanos, tecnológicos e ambientais, para o cumprimento social da extensão (ENCONTRO NACIONAL DO FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2016b).

Podemos observar, ao longo de suas edições, o papel estratégico que o FORPROEX vem assumindo, no sentido de provocar a reflexão crítica, que contribui para o (re)pensar a extensão. Desse modo, vem contribuindo para a formulação de políticas, bem como para a consolidação da extensão nas universidades públicas brasileiras.

Ressaltamos que as políticas e as práticas de extensão recomendadas pelo Fórum exigem uma ruptura na estrutura de poder da universidade e na forma como ela relaciona-se com a sociedade. Porém, como se trata de um espaço coletivo, constituído por atores/atrizes com divergentes concepções acerca da extensão, essas recomendações do FORPROEX são permeadas por contradições, explícitas em avanços e retrocessos, característicos de espaços coletivos.

Desse modo, o FORPROEX enfrenta desafios complexos, tendo em vista que a concepção de extensão presente ainda no discurso dos organismos governamentais e, conseqüentemente, difundida pela maioria dos gestores das universidades traduz uma visão assistencialista, que objetiva a integração cultural e a prestação de serviços à comunidade.

3.2 Curricularização da extensão: o debate em evidência no FORPROEX

O debate sobre a curricularização da extensão coincide com a discussão acerca da flexibilização curricular, que é essencial na organização dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação, como forma de contribuir com a efetivação do papel da universidade como instituição formadora de cidadãos comprometidos com a transformação da realidade social de iniquidades.

Assim, no cumprimento do seu papel, a universidade enfrenta o desafio de inserir os docentes e discentes nessa realidade, através das ações extensionistas que permitem o convívio com as comunidades que vivenciam os efeitos da globalização neoliberal. Na compreensão Cabral Neto (2004, p. 12),

A graduação, portanto, não deve voltar-se à perspectiva de uma profissionalização restrita e técnica, mas propiciar o desenvolvimento de competências a longo prazo e a construção de uma relação com o conhecimento que leve à efetiva leitura e ação críticas sobre seus fundamentos. [...], desenvolvendo ao mesmo tempo, a habilidade de aprender e recriar permanentemente.

A leitura da realidade e a ação de maneira crítica trazem ao estudante a compreensão da necessidade de acompanhar constantemente as transformações sociais para poder intervir de forma consonante com cada momento histórico. As permanentes mudanças da sociedade exigem permanentes mudanças no ensino/aprendizagem.

A universidade, através da extensão, é o grande motor de impulso para o movimento de aprendizagem e, por que não dizer, para contribuir com as mudanças necessárias para uma vida humana bem melhor. A sociedade transforma a universidade, e esta transforma a sociedade, respeitando as diferenças culturais e os valores regionais. É um imbrincamento de trocas de saberes e práticas que constrói um resultado impossível de ser percebido quando proposto unilateralmente (CABRAL NETO, 2004).

O autor acrescenta, ainda, que a organização de um Projeto Político-Pedagógico deve incluir, além da permeabilidade às transformações no mundo científico e nos processos sociais, a interdisciplinaridade, a formação continuada e a articulação teórico-prática, fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de um ensino de graduação de qualidade, criando novos espaços de aprendizagem, ao ponto de extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

Dessa forma, o discente perceberá que o seu mundo de conhecimento está muito além do mundo limitado pela especificidade de seu curso; muito além dos livros e dos debates em sala de aula; e, ainda, muito além dos muros da universidade, empolgando-o a trilhar por um caminho de uma nova relação com o conhecimento, preconizado pela tríade ação-reflexão-ação. A universidade vai à comunidade (ação), percebe a realidade (reflexão) e trabalha para sua transformação (ação).

Colaborando com o debate, Timóteo (2004, p. 19), ao falar sobre a flexibilização curricular, chama-nos a atenção para a necessidade da adoção de alternativas acadêmicas flexíveis, diferentes das praticadas até então, visando

atender aos anseios e às expectativas tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade em geral, fazendo assim da universidade um “espaço de produção e reprodução do conhecimento com a missão transecular de conservar, regenerar e gerar novos saberes, ideias e valores, a partir do reexame, atualização e transmissão dos mesmos”.

Ou seja, é na universidade que residem os ingredientes racionais que possibilitam a conservação da história e das tradições, a regeneração de saberes prévios para imersão de novos saberes possíveis para uma transformação social. Para que esses ingredientes assumam a real necessidade de seu papel, é preciso que a universidade não seja passiva e dependente dos poderes políticos hegemônicos que detêm o domínio dos recursos financeiros. O dever primordial de transformação social requerido da universidade deve começar dentro dela própria, para que, no campo de vivência sociocultural, pela prática da extensão, a conscientização da sociedade seja o motor primeiro das transformações sociais (TIMÓTEO, 2004).

Para a autora, torna-se fundamental a “superação do pensamento cindido entre ciência, arte, humanidades e conhecimento, pela revalorização dos saberes não científicos e rejeição do caráter excludente do cientificismo” (TIMÓTEO, 2004, p.28). Uma sociedade diversa requer a formação de autores diversos, que trabalhem as especificidades de cada situação social. Os conteúdos disciplinares, não mais um fim em si mesmos, agora serão referenciais para novas conquistas, descobertas, questionamentos e hipóteses, por um processo de razão crítica na formação acadêmica, em aproximação com a sociedade na qual a universidade está inserida.

A universidade se relaciona com a sociedade por meio da extensão, que mais além de uma função complementar, é um dos veículos da universidade para desenvolver a formação integral, que dota os indivíduos de novos compromissos com o seu tempo e com a realidade da sociedade em que vivem. Ela, portanto, não pode continuar sendo uma escolha na formação profissional, mas precisa ser considerada imprescindível e ser colocada de igual para igual com as atividades de ensino e pesquisa (LIBERALINO, 2004).

Para a autora, a extensão é, ainda, muitas vezes, sufocada pelo excesso de carga horária destinada às disciplinas curriculares com objetivos puramente acadêmicos e estabelecidos dentro dos limites da compartimentalização do conhecimento. Urge a necessidade de se quebrarem as barreiras estabelecidas pela

estrutura fechada dos currículos tradicionais e estabelecer a extensão como carga horária obrigatória nos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de formação universitária, tão quanto ela é para o ensino.

Não é necessário apenas curricularizar a extensão, ela precisa ser uma prática liberta do aprisionamento à racionalidade econômica. O contato do aluno com a comunidade não pode ser permitido com o objetivo simplista de aperfeiçoar sua prática profissional como força produtiva de trabalho para as necessidades de mercado (LIBERALINO, 2004). Como afirma a autora, “É necessário transcender essa tendência economicista e mercantilista da educação e assumir uma postura de ousadia no sentido da formulação de Projetos Políticos-Pedagógicos transformadores.” (LIBERALINO, 2004, p. 41).

A autora acrescenta que a educação universitária deve possibilitar uma formação que comprometa o futuro profissional com a inserção na sociedade de forma dialógica, acima de tudo como um cidadão crítico que se contraponha às práticas tendenciosas do senso mercantilista, reconstruindo permanentemente os saberes. A formação para a cidadania não pode prescindir do convívio do discente com a sociedade. A extensão é vínculo realizador desse convívio, uma vez que possibilita

Intensificar o contato da universidade com os demais setores da sociedade na busca do cumprimento do compromisso social; promover maior aproximação entre os currículos e a vida real da sociedade; contribuir para formação ética do profissional [...]; fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade (o ensino, a pesquisa e a extensão) [...]; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação [...]; e promover, de forma compartilhada, a avaliação de situações, a reflexão sobre problemas, a busca criativa de soluções e a implementação de ações, estimulando a problematização como atitude de interação com a realidade (LIBERALINO, 2004, p. 47).

Além do entendimento da extensão como vínculo da universidade com a sociedade, o desafio está em reconhecê-la como função acadêmica integrada ao currículo e não como um apêndice, de forma isolada, entre as outras funções da universidade. Em outras palavras, pautar-se na universalização da extensão e/ou na extensionalização do currículo, em consonância ao conceito de extensão defendido pelo FORPROEX (2012), qual seja: “processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e, indispensável

à formação cidadã” (COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, p. 2).

Aliás, essa ideia da curricularização da extensão universitária não é nova. Ela apareceu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010, em suas metas 21 e 23, instituindo a obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

Essa obrigatoriedade reapareceu no PNE de 2014-2024, na sua estratégia 7 da meta 12, com a seguinte redação: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Observamos a existência de importante avanço entre a visão da extensão universitária do primeiro para o segundo PNE, em que o PNE de 2014 sustenta uma visão mais popular e emancipatória, representada pela prioridade que é dada à atuação em áreas de grande pertinência social.

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão entre a universidade e a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Trata-se de uma extensão que transpõe suas contradições históricas e a polissemia de concepções e se reconfigura em programas e projetos para além de um canal de comunicação e legitimação de saberes hegemônicos ou mera prestação de serviços assistencialistas, sendo espaço de construção do conhecimento, portanto, processo dialógico, crítico, reflexivo, educativo, científico, interdisciplinar e emancipatório.

A extensão universitária, assim, a cada dia, caminha, ainda que em passos lentos, para assumir um lugar de destaque nos Projetos Político-Pedagógicos e, para tanto, surgem e ressurgem discussões acerca da sua importância e do seu valor na construção do conhecimento.

Esse processo, até então, é apenas o início do fim da marginalização da extensão no currículo, para fazer dela o gestor do conhecimento indispensável para uma formação plena do ponto de vista humanista, cultural e filosófico, como potencial transformador da universidade e, por que não dizer, da própria sociedade.

Porém, ressaltamos, que toda essa dimensão que é a extensão no processo ensino/aprendizagem não pode ser comportada em apenas 10% do total de carga horária para cada curso. Essa fatia de crédito denota o quanto a extensão ainda é considerada pouco importante no processo de formação dos futuros profissionais.

O processo de curricularização da extensão está estreitamente relacionado com a flexibilização dos currículos, que permite a redistribuição da carga horária dos cursos. Ela deve abranger todo o corpo discente e o docente da universidade, de modo que a vida acadêmica do estudante tenha histórico de algum momento de envolvimento com atividades de extensão de forma curricular obrigatória, sem a necessidade do aumento da carga horária total para firmação desse compromisso (LIBERALINO, 2004).

A autora acrescenta que uma estreita relação entre o Projeto Político-Pedagógico de cada curso e a política de extensão da instituição integralizará a extensão, e essa será parte inerente ao curso, com peso importante no ensino/aprendizagem, sendo passo fundamental em direção à universalização da extensão universitária, para dar (re)significado ao conceito de 'sala de aula', na qual o estudante deixa de ser expectador para ser protagonista de sua formação acadêmica.

A universidade extensionalizada passará a ser mais democrática, plural, diversa, tolerante e inclusiva, passando a desempenhar sua missão mais plena de contribuir para o desenvolvimento pelo qual tanto anseia e de que tanto necessita a sociedade brasileira nas dimensões ética, humana, social e econômica.

4 A EXTENSÃO NA UERN: UM OLHAR PARA O NUCLÉOLO DE ESTUDO DO FÍGADO

Abordar, de forma descritiva, a extensão possibilitada pelo Núcleo do Fígado, requer situá-lo na Unidade Acadêmica ao qual está vinculado, ou seja, a Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) e, esta, por sua vez, à PROEX, da UERN.

A descrição construída teve como referência os documentos institucionais, como atas, relatórios, planos de gestão, legislações internas, boletins, informações no site da PROEX, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)², na perspectiva de (re)construir, em especial, a trajetória histórica do Núcleo do Fígado.

Assim, para uma melhor compreensão, dividimos didaticamente este capítulo em três subtópicos, ou seja, **Sobre a extensão na UERN; Sobre a extensão na FACS/UERN; e Sobre o Núcleo de Estudo do Fígado (NEF) da FACS/UERN.**

4.1 Sobre a extensão na UERN

A UERN, hoje, UERN, foi criada por uma lei municipal, em 1968, e resulta da aglutinação de faculdades isoladas já existentes, criadas a partir de 1943,³ quais sejam: a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Serviço Social, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

A sua criação é marcada pela vinculação com o poder local, portanto, sem autonomia financeira, considerado como elemento basilar para o processo de

² O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN, elaborado no ano de 2008 e revisado em 2016, é um plano produzido a partir da ampla participação de toda a comunidade acadêmica, marca as conquistas do passado e torna explícitos os compromissos e desafios para o futuro, exercendo um planejamento estratégico de políticas de gestão para que ações sejam concretizadas e culminem com resultados efetivos para o ensino, a pesquisa e a extensão, na perspectiva de mudanças culturais em novas práticas e atitudes (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

³ Embora o PDI faça referência ao ano de 1943 como o momento a partir do qual alguns cursos isolados são criados, sendo um desses o de Enfermagem, esclarecemos que, em outros documentos da própria instituição e em algumas teses de docentes do curso citado, existe divergência com relação ao ano referido. A criação do curso de graduação em Enfermagem, da FAEN/UERN, ocorreu em 08/07/1968, por meio do Decreto nº 04/68, pela Prefeitura Municipal de Mossoró, autorizado pelo Conselho Universitário, por intermédio da Resolução nº 028 – A/70-U de 28/11/1970 e reconhecido pelo Decreto nº 82.939, de 26/12/1978(COSTA, 1992; MIRANDA, 2003, 2010; UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

democratização da universidade. Hoje, ano 2017, apesar de estadualizada, permanece sem autonomia financeira.

As primeiras décadas de sua história configuraram-se como universidade de ensino, restrita quase que exclusivamente à área das humanidades. No que se refere à extensão, os registros sobre a sua conformação histórica são poucos e descontextualizados, relacionados ao crescimento da sua estrutura e de suas ações, podendo ser encontrados, quase que exclusivamente, no sítio da UERN.

Desses registros, apreendemos que o primeiro órgão criado para dirigir as ações de extensão foi o Centro de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Norte (CENDERN), cujas prioridades diziam respeito às ações de assistência técnica às prefeituras de Mossoró e região, bem como à extensão agroindustrial, além de ações comunitárias. Somente no ano de 1972, com o crescimento das ações de extensão, foi criado o CRUTAC, com o objetivo de desenvolver atividades sociais, educativas e culturais nas comunidades rurais (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, s/d).

Embora já existissem as ações citadas e um órgão, no âmbito da universidade, responsável pela condução da extensão, somente em 1973, a Pró-Reitoria de Extensão é formalmente criada, por meio do Ato Executivo nº. 006/73 ASFURRN, de 13 de junho de 1973. Nesse momento, a sua estrutura era composta por: CENDERN, CRUTAC, Centro de Estudo do Menor e Integração da Comunidade (CEMIC) e Centro Experimental de Estudos e Pesquisas sobre o Sal (CEPS) (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, s/d).

Essa estrutura foi, ao longo dos anos, se modificando, momento em que alguns órgãos foram sendo extintos e/ou atualizados e/ou criados, como forma de atender às novas demandas em nível local, articuladas com as políticas, em nível nacional, definidas para a educação superior e, conseqüentemente, para a extensão universitária. Porém, não identificamos registros sobre os eventos citados, bem como datas, cenário histórico e seus determinantes.

A partir do ano de 2015, a PROEX passou a contar com uma estrutura composta por três diretorias Diretoria de Educação, Cultura e Artes (DECA); Diretoria de Extensão (DIEX); Complexo Cultural da UERN, responsáveis por articular as ações de extensão na universidade; pela comissão de extensão, órgão consultivo que trata das ações de extensão; e por demais setores de apoio administrativo.

A DIEX é composta de vários núcleos departamentais, quais sejam: o Núcleo de Estudo e Ensino de Línguas (NEEL); o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); o Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica (NUDOPH); o Núcleo de Estudos sobre a Mulher de Beauvoir (NEM); o Núcleo de Gestão da Atividade Curricular em Comunidade (NGACC); o Núcleo de Estudos de Cultura, Literatura e Língua Inglesa (NECLI); o Núcleo de Ensino de Cultura, Literatura e Língua Portuguesa (NECLP); o Núcleo de Extensão em Educação e Direitos Humanos (NEEDH); o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Terceira Idade (NEPTI); o Núcleo de Estudos e Ações Integradas na área da Criança e do Adolescente (NECRIA); o Núcleo de Estudos de Cultura, Literatura e Língua Espanhola (NECLE); o Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer (NAFEL); o Núcleo de Extensão em Ciências Biológicas (NEXBIO); o Núcleo em Produção Multimídia (NUPROM); e o Núcleo de Estudos em Cultura Corporal, Saúde e Educação (NECCSE). Cada um dos núcleos está ligado a um Departamento Acadêmico e à sua respectiva Faculdade (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

A **Comissão de extensão** é responsável pela deliberação de políticas, diretrizes, prestação de serviços, estratégias, planos de ação e projetos de extensão no âmbito da UERN. É constituída pelo Pró-Reitor de Extensão (Presidente da Comissão); por 1 (um) professor de todos os cursos de graduação; por uma representação dos discentes, dos técnicos administrativos e dos movimentos sociais organizados; e por representantes da DIEX, da DECA, bem como do Complexo Cultural da UERN (CCUERN).

As deliberações dessa Comissão são submetidas à Câmara de Extensão, que é um órgão vinculado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), embora funcione na PROEX.

A **DECA** é responsável por toda a política cultural da universidade, tendo o intuito de promover e consolidar a cultura como um alicerce da extensão, contando com a colaboração do Conservatório de Música da UERN e do Departamento Acadêmico de Artes (DART) e em parceria com as secretarias de educação dos municípios e do estado do Rio Grande do Norte. Desse modo, a DECA busca ampliar o contato da população com diferentes manifestações artísticas, como cinema, dança e música (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, s/d).

Dentre os grupos culturais vinculados à PROEX, existem o Grupo de Dança Universitária Mossoroense (GRUDUM) e o Grupo de Teatro Universitário Mossoroense (GRUTUM). O GRUDUM oportuniza a vivência e a troca de experimentos estéticos, correlacionando-os ao universo das relações interpessoais, contribuindo para a democratização do acesso à cultura para um público jovem local. Já o GRUTUM forma e capacita novos atores, criando novas estéticas teatrais e espetáculos cênicos, possibilitando o diálogo da Universidade com a cultura artística da cidade (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, s/d).

Na área da música, a PROEX/UERN conta com a UERN Potiguar Band e com o Coral da UERN. O primeiro é formado por alunos de graduação em Música e do Conservatório, servindo de laboratório para atividades práticas, integrando o ensino e a extensão; e o segundo oportuniza espaço para os graduandos experimentarem novas metodologias do ensino da música, bem como para a prática musical pela comunidade universitária (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, s/d).

O **Complexo Cultural da UERN (CCUERN)**, formalmente instituído em 2010, tem o propósito de planejar, articular, promover e gerir ações que envolvam cursos e eventos, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, voltando-se principalmente para a difusão da cultura e das artes (artes cênicas, artes visuais, música, dança, audiovisual, literatura, artesanato), bem como ações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, lazer, esportes, direitos humanos, justiça, trabalho, inclusão digital e cidadania (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Como forma de socializar as ações da extensão, a PROEX criou, em 2013, a Revista *Extendere*, periódico em formato eletrônico, de livre acesso, de periodicidade semestral, que tem a finalidade de publicizar os principais projetos de extensão, selecionados por processo de submissão a editais.

Nesse periódico são também apreciados trabalhos inéditos e originais de experiência em ações de ampla temática de extensão universitária, objetivando sua divulgação e sua valorização, com resultados parciais e/ou finais, desenvolvidos por professores, alunos e servidores técnico-administrativos da UERN e de demais Instituições de Ensino Superior do país. Foram publicadas sete edições, sendo duas no ano de 2013, duas em 2014, duas no ano de 2015 e uma em 2016.

Além do periódico citado, identificamos ainda o informativo eletrônico denominado info-EXT e o “A Nota”, ambos disponíveis na página da UERN, oportunizando a socialização das ações de extensão. O primeiro, em caráter trimestral, com três edições nos anos de 2010, 2012 e 2013. O segundo, em caráter semanal, com 19 edições, todas no ano de 2014 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Com a informatização da PROEX, a comunidade acadêmica e a sociedade passaram a ter livre acesso ao banco de dados de todos os projetos, ações e atividades, bem como de seus objetivos, metodologias, organização e resultados.

Nesse processo de possibilitar o acesso à informação e a sua integração interinstitucional, um passo muito importante na extensão foi a incorporação do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), um sistema de software livre desenvolvido pelo MEC, que tem como objetivos auxiliar o planejamento, a gestão, a avaliação e a publicização dos projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis, desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras.

O Sistema citado foi criado e é mantido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), contando com o apoio do Ministério da Educação, para edição dos projetos de extensão. Essa ferramenta, implantada também pela UERN, dá suporte aos editais e bolsas, a partir da submissão e da análise de dados dos projetos, contribuindo, de maneira transparente, para a democratização de todas as informações para a comunidade universitária e a sociedade. Por meio dela, o coordenador da ação extensionista alimenta o sistema, informando dados do projeto no que se refere às suas identificações, caracterização, justificativa, metodologia, referências bibliográficas, equipe de execução, bem como aos seus objetivos e cronograma de atividades, etc. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Além dos espaços de socialização, já citados, a PROEX vem realizando uma diversidade de eventos institucionalizados. Dentre estes, citamos o Colóquio de Extensão, que possibilita o diálogo entre a universidade e a sociedade. Esse evento vem se consolidando como espaço de discussão da política de extensão, conforme previsto no PDI (2016). O evento vem possibilitando, ainda, um maior entrosamento entre universidades da região em torno da temática de extensão, sempre apontando para a sua indissociabilidade com a pesquisa e com o ensino.

Outro evento organizado pela Pró-Reitoria, em articulação com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é o Fórum de Extensão do Oeste Potiguar, concomitantemente com o Colóquio de Extensão e o Salão de Extensão. Esses eventos representam uma oportunidade de trocas de experiências e de divulgação de trabalhos desenvolvidos junto às comunidades, além de promover maior interação entre as instituições envolvidas e as demandas sociais, fortalecendo a extensão no interior do Estado.

Em termos culturais, a PROEX vem realizando eventos, como a Mostra Cultural do Projeto FILOSOFARTE; o Festival Oficina de Música da UERN; o EDUCARTE (Educação e Arte para escolas públicas); o Intervalo Cultural; o Projeto Outras falas; o Cine Clube Mossoró; a Maratona Fotográfica; e o FESTUERN (Festival de Teatro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Este último tem-se tornado um evento cultural muito expressivo na sociedade norterio-grandense, considerando que envolve diversas instituições de ensino, com a finalidade de incentivar a utilização do teatro como ferramenta didático-pedagógica, em caráter interdisciplinar, na articulação das atividades curriculares com a linguagem artística.

Esses eventos culturais demandaram a elaboração do Plano Institucional de Cultura (PIC) da UERN, que constituiu instrumento de fortalecimento da política cultural e da promoção de ações relativas à cultura e às artes no âmbito da universidade. Essas ações são permeadas por cinco eixos temáticos, a saber: cultura é cidadania e diversidade; economia da cultura; patrimônio e memória artística cultural; cultura e comunicação; e, por fim, produção e difusão das artes e linguagens como dança, teatro, música, áudio visual e literatura (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Ressaltamos que, por meio do PIC, a UERN tem-se destacado, em níveis local e regional, na área da cultura, referendando a relevância da extensão no fortalecimento da relação dialógica entre universidade e sociedade, sobretudo nas áreas humanas.

Podemos apreender que a extensão na UERN ocorre por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produtos acadêmicos e a Unidade Curricular de Extensão, conforme recomenda a Política Nacional de Extensão construída pelo FORPROEX.

Diante dessas ações, a Proex regulamentou, por meio da Resolução nº 27/2014, do CONSEPE, a Atividade Curricular em Comunidade (ACC), como componente curricular optativo, nos cursos de graduação da UERN (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

A instituição afirma que a ACC oportuniza ações articuladas das Pró-Reitorias de Extensão, de Ensino de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação com as Unidades Acadêmicas, estabelecendo parceria com grupos comunitários, escolas, clubes, sindicatos, associações, por meio das quais alunos e professores da UERN desenvolvem ações de extensão de cunho científico, educativo e cultural.

A ACC tem como objetivos fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e para a formação ética do profissional; e fomentar a pesquisa acadêmica por meio de um raciocínio crítico da realidade social (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

Todas as ações citadas estão fundamentadas na missão da UERN, explícita no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é

promover a formação de profissionais com competência técnica, ética e política, bem como de cidadãos críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 24).

Entendemos que essa missão somente será cumprida por meio da extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, uma vez que ela (a extensão) possibilita aos docentes e discentes contato com a realidade social, na perspectiva de que possam desempenhar, com criticidade e criatividade, o papel de contribuir com a transformação da sociedade e, dessa forma, exercerem a sua cidadania.

Assim, o cumprimento do papel social da UERN vem sendo possibilitado por intermédio da PROEX, no que se refere a promover a relação de aproximação entre a universidade e a sociedade, conforme podemos visualizar no PDI da instituição.

A extensão universitária está em plena sintonia com a sociedade, sempre se adequando às suas mudanças e necessidades. Essa característica faz desta uma das dimensões mais dinâmicas de uma instituição de ensino superior, devendo tal aspecto permanecer presente em seus instrumentos normativos, o que torna essencial a

existência de legislação e de planejamento condizentes tanto com as demandas da população quanto com as possibilidades da própria universidade. Tudo isso torna imperativo a interação da política de extensão com as demais políticas da universidade: valorização da diversidade e de inclusão das pessoas com deficiência; assistência e permanência estudantil; intercâmbio e internacionalização; pesquisa e inovação; e ensino (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016, p. 69).

Assim, a Proex assume a condução da política de extensão, aglutinando e institucionalizando todas as ações/projetos desenvolvidos pelos diversos cursos no âmbito da UERN. Para isso, adota como referência as recomendações do FORPROEX, a legislação nacional sobre a educação superior e as demandas da sociedade. Essa política encontra-se explícita no seu PDI para o período 2016/2026.

A operacionalização dessa política ocorre por meio de quatro diretrizes, quais sejam, Consolidação e ampliação da extensão universitária como mediadora entre a universidade e a sociedade; Implantação, em articulação especialmente entre a PROEX e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), da curricularização/creditação da extensão nos cursos de graduação, com base no Plano Nacional de Educação e a legislação em vigor, a partir da implantação de programas e projetos; Fortalecimento da política de extensão, estruturada em programas, planos institucionais e unidades de extensão (núcleos de extensão, escolas de extensão, grupos artísticos e centros de prestação de serviços); e Concretização da gestão de qualidade acadêmica da extensão universitária (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

A PROEX objetiva proporcionar uma formação acadêmica e cidadã, apoiando ações que fortalecem uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, construindo ações que respondam às demandas provenientes da sociedade, potencializando as ações culturais e sociais da instituição e ainda incorporando suas ações aos cursos de graduação. Com esses objetivos, a PROEX/UERN se responsabiliza pela articulação, pelo registro, pelo acompanhamento e pela promoção das ações extensionistas da universidade (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Em síntese, apreendemos o esforço da UERN em aperfeiçoar e ampliar as ações de extensão, por meio da PROEX, na perspectiva de sua consolidação. O desafio que está posto para a universidade diz respeito à implementação da

curricularização ou extensibilização da extensão nos cursos de graduação. Esse é o debate que está posto.

4.2 Sobre a extensão na FACS/UERN

A FACS é constituída por um curso, o de Medicina. Esse curso foi criado em outubro de 2001 e tem como finalidade a formação de um profissional médico crítico, reflexivo, com competência técnico-científica e ético-política para intervir na realidade da produção dos serviços de saúde de Mossoró e região, visando ao atendimento às necessidades sociais do processo saúde-doença, a partir do ideário da Reforma Sanitária Brasileira, consubstanciada na implantação e na consolidação dos princípios fundamentais do SUS (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

Para essa formação, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) explicita o compromisso com a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, baseada na flexibilização, inter e multidisciplinaridade do trabalho em equipe, idealizando a construção efetiva de uma sociedade, numa óptica da promoção à saúde, prevenção e tratamento da doença e reabilitação de seus agravos.

O curso abrange, em sua totalidade, uma carga horária de 9.690 horas, sendo 3.960 horas destinadas ao internato, cursadas em um período de dois anos, momento em que o acadêmico vivenciará a realidade social local, nas diversas áreas contempladas, quais sejam, clínica médica, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, pediatria e saúde da família.

O aluno de Medicina da UERN tem a possibilidade de complementar seu currículo de forma individualizada, a partir de disciplinas optativas e da participação em atividades de pesquisa e extensão, assumindo a perspectiva de uma formação ampla, sem tirar o foco da base ético-humanista, voltada para a “consolidação dos princípios e diretrizes do SUS, centrada na atenção integral, equânime e universal da saúde e de tudo que reduza desigualdades sociais envolvidas no processo saúde-doença” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

O objetivo principal do curso, portanto, é a formação do médico generalista, comprometido com o dever social de suprir as necessidades humanas do SUS, na tentativa de amenizar os desníveis sociais em saúde para a melhoria das condições de vida da população.

A FACS reconhece, no seu PPC, que, para a aquisição das competências e habilidades do médico generalista, é indispensável que o egresso tenha uma formação ancorada nos princípios fundamentais, que são a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática, a flexibilização, a contextualização, a democratização e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

No que se refere à extensão, o curso de medicina da FACS segue a orientação da política de extensão da própria universidade, através da PROEX, conforme explícito no seu PPC:

[...] implementado as suas ações fundamentais nos balizamentos traçados no Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à sociedade e à democracia (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014, p. 245).

Para o curso de Medicina, a extensão é realizada por meio da prestação de serviços institucionais nos ambulatórios, de atividades em hospitais, clínicas, laboratórios e de ações em saúde. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014). A extensão, no curso citado, tem seu marco em 2007, ampliando a sua oferta a partir do ano de 2008. Na prática, basicamente, todas as prestações de serviços são institucionalizadas na PROEX como projetos. Desse modo, a FACS/UERN tem buscado contribuir com uma formação comprometida com a sociedade.

Dentre as ações citadas, citamos o *Projeto “Doe vida”*, no ano de 2011, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores de saúde e a comunidade a respeito da doação de órgãos. Além desse projeto, no ano de 2011, foi realizado o projeto *“Avaliação do conhecimento dos professores das escolas públicas de Mossoró sobre as principais parasitoses”*.

O projeto de extensão *“Nucléolo de Estudo do Fígado”* foi iniciado no ano de 2011 e renovado por 2 vezes em anos seguintes. Esse projeto é objeto de estudo desta dissertação e será minuciosamente descrito a seguir.

Em 2012, foi dado início ao projeto *“Ambulatório de Doença de Chagas”*, consistindo em programa teórico-prático com a finalidade de prestar assistência aos

pacientes sororreativos para o T. cruzi, passando posteriormente a ser um serviço contínuo da FACS/UERN. Nesse mesmo ano, foi realizado o projeto “*Grupo de Informação, Educação em saúde e cidadania*”, com o intuito de integrar a tríade ensino-pesquisa-extensão, articulado com o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva.

No ano de 2013, entrou em execução o projeto “*Programa de Promoção, Assistência e Educação em Saúde do Semi-Árido Potiguar*”, com a finalidade de contribuir para a promoção da saúde e potencializar o processo formativo de futuros profissionais médicos e de enfermagem numa visão humanista, generalista, reflexiva, crítica e comprometida com a melhoria das condições de saúde da população (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014). Esse programa perdura até os presentes dias.

Em 2013, foram realizados, também, os projetos “*III Simpósio Mossoroense de Saúde Coletiva*” e “*Educação em Saúde para pacientes com Doenças Reumatológicas*”. O simpósio foi direcionado para estudantes da área biomédica, profissionais de saúde e gestores públicos, com o objetivo de discutir e analisar a temática saúde, esporte e sociedade. Já o segundo projeto tinha como objetivo aproximar os pacientes com doenças reumatológicas com a comunidade acadêmica, na tentativa de consolidar o papel social da universidade.

Com a finalidade também de aprimorar esse papel social da universidade, também no ano de 2013, foi desenvolvido o projeto “*Protocolo de atendimento a mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual*”. Esse projeto contou com a colaboração da Delegacia da Mulher, do Instituto Médico Legal, da Comissão dos Direitos da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil, do CREAS, do CRASS e da Igreja.

Além dos projetos citados, outras ações de extensão marcaram a Faculdade de Ciências da Saúde da UERN, como “*Aspectos Nutricionais no Esporte e Atividade Física na Academia*” (2011), “*Saúde na Escola*” (2011), “*II Encontro Mossoroense de Hepatites Virais*” (2011), “*Anatomia Artística e o Ensino do Sistema Esquelético*” (2011), “*I Curso Multidisciplinar em Urgência e Emergência*” (2012), “*Você ‘C’ conhece? Prevenção e Diagnóstico de Hepatite C*” (2012), “*Procura Hansen: busca ativa de pacientes acometidos de hanseníase na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Duclécio Antônio Medeiros*” (2012), “*Curso de atualização de vacinas*” (2012), “*Noções de Imagenologia Aplicada à Clínica*” (2012), “*Projeto de Extensão em Pediatria*” (2013), “*A Dor como 5º sinal*”

vital: uma abordagem multidisciplinar” (2013), “*II Simpósio Mossoroense de Saúde Coletiva*” (2013), “*Feira de Ciências, Saúde e Qualidade de Vida*” (2013), “*Estágio Voluntário supervisionado em Ginecologia/Obstetrícia no Hospital da Mulher Parteira Maria Corrêa de Mossoró*” (2013), “*Projeto de Extensão Socioeducativo sobre HPV, sua prevenção e vacinação*” (2014), “*Curso de Qualificação para Trabalhadores da Atenção Básica do Município de Pau dos Ferros-RN*” (2014), “*Ciclo de Palestras sobre Protocolo de Atendimento a Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual*” (2014), “*Primeira Exposição da Atenção Básica de Pau dos Ferros*” (2015), “*Extensão Médica Acadêmica para Treinamento Clínico e Humanização do Cuidado em Ambiente de Pronto-Atendimento*” (2016) e “*Extensão em Medicina Intensiva*” (2016).

Esses dois últimos permanecem até o presente dia, juntamente com os projetos “*Com pressão–prevalência de hipertensão arterial em industriários da região Oeste Potiguar*” e “*Projeto de Extensão em Neurologia e Neurocirurgia - Liga Acadêmica de Neurologia e Neurocirurgia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (LIANNE/UERN) (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016)*”.

Diante do exposto, percebemos que a FACS tem desenvolvido uma diversidade de ações de extensão, que expressa uma determinada concepção sobre a extensão universitária e cujos desdobramentos para os usuários, para o processo ensino/aprendizagem, bem como para a própria universidade, ainda não foram objeto de estudo na instituição citada.

4.3 Sobre o Núcleo de Estudo do Fígado (NEF) da FACS/UERN

O Núcleo de Estudo do Fígado (NEF) foi criado a partir de uma necessidade social, ou seja, o crescimento da ocorrência das doenças do fígado, nos últimos anos, sem o correspondente serviço específico existente para atender e acompanhar os usuários do SUS acometidos por esses agravos.

Entre os anos de 2005 a 2013, o Estado do Rio Grande do Norte registrou 3.875 casos confirmados de hepatites virais, sendo 10% desses casos de hepatite B e 15%, de hepatite C. Ambas possuem a peculiaridade de possibilidade de evolução para a forma crônica, principalmente a hepatite C. Em Mossoró/RN, nesse mesmo

período, tivemos 49 casos de hepatite B e 139 casos de hepatite C (RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

É importante frisar que as hepatites virais ainda são subnotificadas por, muitas vezes, se apresentarem de forma crônica assintomática, ou mesmo por falha de uma notificação compulsória eficiente por parte das equipes de saúde. Muito mais frequentes que as hepatites virais e não estando na obrigatoriedade da notificação epidemiológica, são as doenças hepáticas decorrentes do uso abusivo do álcool e da síndrome metabólica que acomete nossa população em todas as faixas etárias (MATTOS; CORRÊA, 2010).

Esses pacientes com doenças hepáticas crônicas necessitam, de uma forma muito especial, de um atendimento e de um acompanhamento contínuo, de modo que articule assistência, prevenção e promoção da saúde, ou seja, uma atenção integral. Integralidade, nessa perspectiva, constitui uma dimensão que busca a articulação entre a prevenção e a assistência, no reconhecimento de que as atividades preventivas são derivadas de determinantes vivenciados pelo coletivo, distintos, portanto, das experiências assistenciais, que expressam a vivência individual de sofrimento (MATTOS; CORRÊA, 2010).

Assim, a integralidade abrange o conjunto de necessidades de ações e serviços de saúde que um indivíduo apresenta para além da atenção curativa, incorporando ações de promoção e prevenção na atenção à saúde.

Defender a integralidade aqui não implica deixar de lado todo o caudal de conhecimentos sobre as doenças que tem permitido tanto à medicina como à saúde pública alguns significativos sucessos. O que significa, isso sim, é um uso prudente desse conhecimento sobre a doença, mas, sobretudo um uso guiado por uma visão abrangente das necessidades dos sujeitos os quais tratamos (MATTOS, 2001, p. 50).

Essa concepção de integralidade requer dos profissionais de saúde envolvidos a ampliação dos referenciais que norteiam as suas práticas, na construção de seu repertório de compreensão e ação (CECCIM; CARVALHO 2005).

Essa ampliação dos referenciais é imprescindível para o acompanhamento das doenças hepáticas, tendo em vista que coexistem frequentemente com outras enfermidades ou mesmo se manifestam de forma multissistêmica, por suas próprias complicações, como é o caso da cirrose hepática, que pode evoluir com uma ou mais de suas complicações, como hipertensão portal, ascite, peritonite bacteriana

espontânea, encefalopatia hepática, síndrome hepatorenal e/ou síndrome hepatopulmonar, além de suscetibilidade aos processos infecciosos (MATTOS; CORRÊA, 2010).

Além disso, as doenças crônicas, especialmente, as doenças hepáticas, apresentam-se de forma silenciosa. Como afirma Silva (2006, p. 4), “O fígado sofre calado”. Portanto, o acompanhamento multiprofissional e de qualidade é pré-requisito fundamental para possibilitar o diagnóstico condizente e um tratamento efetivo e adequado às necessidades do paciente.

A condução clínica de um paciente com doença hepática crônica somente é possível se o seu atendimento e o seu acompanhamento forem realizados por um serviço que disponibilize para esse paciente um atendimento integral e contínuo. Nesse sentido, integralidade é entendida como o modo de organizar os serviços e, conseqüentemente, o processo de trabalho em saúde, disponibilizando os recursos tecnológicos necessários à continuidade e/ou complementação da assistência em todos os níveis do serviço (MAGALHÃES JÚNIOR; OLIVEIRA, 2006).

No entanto, a hepatologia é praticada, em sua maior parte, por gastroenterologistas, infectologistas e clínicos gerais. Isso ocorre por se tratar de uma especialidade recente e, ainda, com residências médicas restritas em nosso país (SCHOMITT, 2016). Essa realidade explica, em muitos casos, as razões da carência de serviço especializado, sendo então o motivo de muitos pacientes não terem um seguimento clínico, como exige sua doença.

Os serviços de hepatologia existentes concentram-se nas grandes cidades do país, tornando o acesso dificultoso para uma população de baixa renda, que sofre com patologias do fígado e reside em lugares distantes das capitais. Dado relevante é que as principais causas de doença hepática crônica, como a cirrose hepática, são o alcoolismo e as hepatites virais, causas essas reconhecidamente presentes em populações socioeconomicamente menos favorecidas (MATTOS; CORRÊA, 2010).

Todos esses aspectos são causas da grande carência de serviços para atendimento desses pacientes, o que não é diferente em nível local. Mossoró e região não contavam, antes do ano de 2010, com um serviço do SUS para atender especificamente esses pacientes.

A partir dessa problemática concreta, foi idealizada, pela disciplina do Aparelho Digestivo da FACS/UERN, a prestação de serviço de assistência pública que pudesse minimizar essa dificuldade enfrentada pelos pacientes com doenças

hepáticas. Foi elaborado, então, o projeto de extensão denominado NEF, com a finalidade de prestar um serviço especializado e, ao mesmo tempo, integral aos pacientes com doenças hepáticas crônicas.

Nesse sentido, a integralidade é concebida como forma de possibilitar o acesso a técnicas de diagnóstico e tratamento necessárias a cada caso específico, articulando a atenção básica e a atenção especializada, para assim permitir a ampliação do acesso ao sistema de saúde, bem como sua resolutividade. Portanto, os usuários dos serviços de saúde não devem ser visualizados como um aglomerado de órgãos e sistemas e desvinculados do mundo, mas como seres sociais (MATTOS, 2001).

Assim, o projeto em questão foi aprovado por unanimidade, em reunião departamental e convalidado pela PROEX da UERN, tendo iniciado suas atividades em maio de 2010, precedido de um treinamento e de um evento científico inaugural, com o tema Transplante hepático. Trata-se de um projeto piloto desenvolvido pela FACS/UERN, com sede em Mossoró/RN, cujo nome justifica-se em função de se inspirar no modelo de extensão existente na UFRN, denominado Núcleo de Estudo do Fígado, com sede em Natal/RN, e ainda por se localizar distante de um centro de referência.

O NEF é composto 09 (nove) a 12 (doze) alunos, não integrados por processo seletivo, e 02 (dois) professores, dentre os quais um é coordenador. Os alunos são divididos em grupos de 03 (três) para rodízios nos 03 (três) atendimentos ambulatoriais, ou seja, 02 (dois) grupos na FACS/UERN e um grupo na associação beneficente *Hessed Veshalom*, ambos localizados em Mossoró/RN. Essa associação presta atendimento de triagem para pacientes com doenças hepáticas.

O Nucléolo conta, até o início de 2017, com mais de 300 usuários, procedentes, em sua maioria, da própria cidade de Mossoró e região vizinha. Destes, 08 (oito) são pós-transplantados de fígado. Apesar de não haver uma relação formal e oficializada entre o serviço do NEF e as outras instituições públicas, dos municípios vizinhos, esses usuários são atendidos pelo serviço citado, em cumprimento ao princípio fundamental da universalidade, preconizado pelo SUS.

O atendimento ambulatorial é realizado na FACS/UERN, sob a supervisão do coordenador do projeto, e no Hospital Rafael Fernandes de Mossoró/RN, que é referência no tratamento das hepatites virais, sob a supervisão de um especialista.

Com esse atendimento inicial, o paciente passa a ser usuário permanente do serviço (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/SIGPROJ, 2016).

A rotina de atendimento ambulatorial se estabelece da seguinte maneira: o paciente agendado vai ao ambulatório da FACS; no dia da consulta, é atendido primeiramente por um dos alunos integrantes do Nucléolo. Nessa consulta, a abordagem compreende a identificação pessoal e social; o motivo da consulta em um serviço de hepatologia; o interrogatório epidemiológico direcionado para hepatologia; o histórico do comportamento de suas manifestações; o estado vacinal para as hepatites; os hábitos de vida; os medicamentos prévios; os antecedentes patológicos, como etanolismo, uso de drogas, passado de hemotransfusão e outros.

A abordagem dessa consulta visa superar os problemas causados pela atitude reducionista de base flexneriana, a partir da recusa em reduzir o indivíduo a um sistema puramente biológico. De acordo com Mattos (2001, p. 45-46),

[...] para a medicina integral, integralidade teria a ver com uma atitude dos médicos que seria desejável, que se caracterizaria pela recusa em reduzir o paciente ao aparelho ou sistema biológico que supostamente produz sofrimento e, portanto, a queixa desse paciente. Atitude essa que deveria ser 'produzida' nas escolas médicas. Relacionava-se, deste modo com a boa medicina, ou melhor, com a boa prática médica.

Com essa compreensão, após esse atendimento, o professor orientador é chamado, e o aluno faz todo o relato do caso. O exame físico é confirmado pelo professor que, juntamente com o aluno, elabora as hipóteses diagnósticas. Após levantadas as hipóteses clínicas, são discutidas as possíveis etiologias e as condutas a serem adotadas, incluindo os exames que devem ser solicitados para confirmação do diagnóstico.

Dependendo da necessidade, o paciente é encaminhado a outros serviços, como consultas com outros especialistas, vacinação contra as hepatites virais, dentre outros. Para isso, o NEF recorre ao serviço social e/ou ao serviço de enfermagem de ambulatórios do SUS, do Hospital Regional Tarcísio Maia e/ou do Hospital Rafael Fernandes, em Mossoró/RN, como forma de assegurar a continuidade do atendimento, bem como de minimizar e/ou resolver o problema de saúde do paciente.

Além desses serviços, o NEF mantém articulação com o Ministério Público, caso seja necessário, na perspectiva de assegurar o direito à saúde dos pacientes com doenças hepáticas, em especial, no caso de falta de medicamentos de alta complexidade fornecidos pelo SUS, bem como por ocasião de acesso negado pelos serviços de saúde para alguns procedimentos.

Com essa prática, o NEF se fundamenta na concepção de integralidade referente às respostas governamentais na área da saúde, que diz respeito também ao elenco de ações contempladas numa política especial, sendo aplicável através da articulação de possibilidades preventivas com as assistenciais.

Nesse sentido, a noção de integralidade expressa a convicção de que cabe ao governo responder a certos problemas de saúde pública, e que esta resposta deve incorporar tanto as possibilidades de prevenção como as possibilidades assistenciais (MATTOS, 2001, p. 59-60).

O autor acrescenta que, nesse sentido, a atenção integral persegue a efetivação de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, as quais formam um todo indivisível que não pode ser compartimentalizado, assim como os diversos graus de complexidade dos serviços de saúde.

Ressaltamos que todas as condutas e/ou orientações, realizadas pelo NEF, são explicadas, detalhadamente, ao paciente e ao seu acompanhante para que o primeiro entenda o que está sendo planejado e saiba sobre o seu diagnóstico e como se conduzir diante de complicações ou intercorrências. Esse conhecimento possibilita o empoderamento individual e a autonomia do paciente, como afirma SALCI et al. (2013, p. 228):

O empoderamento individual traz uma maior interação do indivíduo com sua saúde, maior consciência para tomada de decisão sobre quais cuidados necessita, como deseja ser cuidado e principalmente, autonomia para fazer escolhas que julgar mais importantes para sua vida, com conhecimento das vantagens e desvantagens, bem como as consequências que permeiam as escolhas.

O paciente, além dos esclarecimentos sobre sua doença e das solicitações de exames, recebe um panfleto com orientações específicas sobre o estilo de vida para a pessoa com doença hepática. Esses panfletos, em linguagem simples e ao mesmo tempo abrangente em relação aos cuidados com a doença do fígado, têm-se

tornado meios facilitadores para o atendimento desses pacientes por outros profissionais, estabelecendo um diálogo compreensivo. Essa importância da comunicação e da educação por materiais impressos, como afirma Teixeira (1997), pode abrir novos caminhos para a promoção da saúde, pela participação da comunidade numa construção compartilhada de conhecimentos.

A experiência tem demonstrado que, diante das informações/orientações fornecidas pelo NEF, alguns pacientes e, em especial, alguns de seus familiares, têm questionado as condutas clínicas adotadas por profissionais médicos em alguns serviços de saúde nos quais são atendidos e/ou internados. Muitos deles, nessa situação, procuram o NEF para solicitar a nossa presença nos serviços de saúde citados, como forma de rever e readequar a conduta clínica.

Esses pacientes recebem, ainda, um cartão com o número de telefone móvel do NEF para marcação de seu retorno, bem como para se comunicar, caso haja uma necessidade de atendimento de urgência em um serviço hospitalar. Esse atendimento de urgência é feito pelo serviço denominado de NEFCEL (Telefone Celular do Núcleo de Estudo do Fígado), que é acionado pelo paciente quando dá entrada em um serviço de urgência. É importante esclarecer que essas ligações são custeadas pelo coordenador do NEF.

O telefone está sempre sob a responsabilidade de um dos membros que, ao receber o primeiro contato, localiza o paciente e determina algum membro para coassistir o atendimento hospitalar. Ao tomar conhecimento desse atendimento realizado pela equipe de plantão, é feito contato telefônico com o coordenador para discutir a conduta realizada. Em seguida, as alterações necessárias são comunicadas ao médico de plantão, fazendo assim o paciente receber uma assistência mais apropriada para sua necessidade, decorrente da sua patologia hepática. Após o atendimento hospitalar, o paciente tem seu retorno antecipado para o serviço ambulatorial do Núcleo.

Esse agendamento de retorno é realizado pelos próprios integrantes do NEF, através do NEFCEL, e é prioritário. Para os pacientes de primeiro atendimento, são reservadas 2 (duas) consultas. Em geral, os pacientes são encaminhados por outros especialistas. Essa forma de agendamento é preconizada para que o serviço que atende a uma demanda já limitada seja realmente utilizado por pacientes que de fato apresentam queixas, sinais clínicos ou laboratoriais de hepatopatia.

O projeto de extensão citado tem como objetivo principal prestar um serviço, em caráter público, aos pacientes com doenças hepáticas crônicas. Nele, o paciente tem um atendimento integral, com acompanhamento contínuo e com acesso para realização de exames complementares e de imagem, bem como procedimentos mais complexos, como biópsia hepática, tratamento de varizes de esôfago e transplante hepático em serviço de alta complexidade, além da paracentese (procedimento invasivo que consiste na retirada de líquido ascítico), dependendo da necessidade.

Para possibilitar esse acesso, o Núcleo mantém articulação com o Laboratório de Oncologia e com os serviços do SUS, no município de Mossoró/RN. Aliás, uma das ações do projeto que também tem marcado, de maneira especial, os integrantes é a prática da paracentese nas dependências do Hospital Regional Tarcísio Maia (HRTM), no município de Mossoró/RN. Essa relevância deve-se à grande necessidade de alívio para os pacientes cirróticos que apresentavam complicação com ascite, tendo em vista que esse procedimento não era realizado com frequência no serviço de urgência citado.

Com essa ação específica, os alunos integrantes do projeto percebiam a necessidade da articulação da universidade com a sociedade. O contato do acadêmico com essa realidade de sofrimento do paciente com ascite despertou mais ainda o interesse em aprender a executar o procedimento. Como relatam Pinheiro, Ceccim e Mattos (2006), é o contato da realidade que faz o acadêmico encontrar estímulo para buscar respostas, ou seja, é em um processo simbiótico entre o conhecimento de sala de aula e a interação com a realidade, num processo dialético, que se gera o fortalecimento e a ampliação dos horizontes em prol de uma construção da formação para uma prática de transformação.

Hoje, essa prática se tornou rotina na unidade de urgência do Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró/RN, por parte da equipe de cirurgiões plantonistas e que são também preceptores da UERN, em conjunto com os alunos de Medicina que estão no internato, no ciclo de Clínica Cirúrgica. É, portanto, a realidade sendo fortalecida através da ação de extensão, no cumprindo do seu real papel de dupla mão.

Com a contribuição do NEF, foi praticamente extinto o sofrimento de alguns pacientes com ascite e usuários do projeto. Eles relatam que a presença do aluno de Medicina no serviço de urgência e emergência do HRTM, treinado para esse

procedimento, impede o retorno deles para suas casas com o desconforto de ascite volumosa.

Para possibilitar o acesso a centros de alta complexidade, o Nucléolo mantém articulação com a Central de Transplante do Hospital Universitário Walter Cantídio⁴, em Fortaleza-CE, que é o centro de referência em transplante mais próximo.

O encaminhamento dos pacientes para transplante é realizado pelo Nucléolo, sendo viabilizado totalmente pelos serviços públicos, desde o transporte interestadual até o atendimento, o acompanhamento e a realização de exames na Central de Transplante citada.

Esclarecemos que o vínculo de relacionamento interestadual não é formalmente oficializado e somente foi possível pela demanda de pacientes em fila de transplante originário da cidade de Mossoró, bem como pela relação profissional que o coordenador do Nucléolo mantém com o citado centro (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/SIGPROJ, 2016).

Há um excelente rapport entre os dois serviços. Através desse bom relacionamento entre o NEF e a Central de Transplante citada, foi viabilizada prática para os alunos, integrantes do projeto, nesse centro de referência. No período de recesso acadêmico, é feito um rodízio entre os alunos, de modo que eles se façam presentes nos serviços da central de transplante por um período de uma semana.

Desse modo, mantém-se uma estreita relação entre o projeto de extensão e o serviço de referência de alta complexidade, o que adverte os alunos acerca da importância desse tipo de relação para um melhor desempenho da assistência aos pacientes com hepatopatia crônica. A relação com um serviço de referência auxilia a assegurar a qualidade e a continuidade da assistência prestada pelo Nucléolo de Estudo do Fígado, bem como viabiliza a vivência do necessário trabalho em rede, preconizado pelo SUS.

⁴ O Hospital Universitário Walter Cantídio é um hospital da Universidade Federal do Ceará-UFC, localizado na cidade de Fortaleza, vinculado ao Sistema Único de Saúde, considerado centro de referência para formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisa na área da saúde. Como centro de referência para o ensino, funciona como campo de estágio para os alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia da UFC, recebendo também alunos da área da saúde de outras universidades do estado e de fora dele. Sua missão é promover o ensino, a pesquisa e a assistência terciária à saúde, atuando de forma integrada e como suporte aos demais níveis de atenção do modelo de saúde vigente. Hoje é considerado um dos importantes centros de transplantes de órgãos do Brasil (www.ebserh.gov.br/web/hwc-ufc).

Para Mendes (2011), as redes constituem organizações poliárquicas de conjuntos de serviços de saúde, vinculados entre si por uma missão única, por objetivos comuns e por uma ação cooperativa e interdependente, que permitem ofertar uma atenção contínua e integral a determinada população, coordenada pela atenção básica, prestada no tempo certo, no lugar certo, com o custo certo, com a qualidade certa, de forma humanizada e com equidade.

O autor acrescenta que, desse modo, se estabelece a conformação de uma rede horizontal dos diversos níveis de atenção à saúde, de distintas densidades tecnológicas e seus sistemas de apoio, sem ordem e sem grau de importância entre eles. Todos esses níveis de atenção à saúde são igualmente importantes para que se cumpram os objetivos das redes de atenção à saúde e se efetive o princípio da integralidade.

A relação com o serviço de referência viabiliza, ainda, a atualização permanente de todos os envolvidos com a problemática. Para os alunos, por meio da vivência em um grande centro e, conseqüentemente, com profissionais experientes; para os profissionais, da Central de Transplante, que são docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio dos questionamentos dos alunos do NEF, que oxigenam o setor no momento em que esses profissionais são desafiados em relação aos saberes que dominam; e para os profissionais dos serviços de saúde de Mossoró/RN e alunos que não integram o NEF, pela aproximação com novos conhecimentos, conformando uma rede de educação permanente, imprescindível para uma atenção integral.

Uma rede é necessariamente uma construção coletiva, de sujeitos que se articulam, horizontal e ativamente. É uma nova forma de articular sujeitos diversos e de contribuir com a produção de transformações. Portanto, a pessoa participante de uma rede têm de ser sujeito de sua própria construção (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007).

Enfatizamos ainda que, nesse espaço, os alunos participam de treinamento durante dois ou três expedientes e retornam com uma experiência a mais para a condução dos pacientes com hepatopatia.

Ademais, os alunos citados participam das discussões multidisciplinares a respeito de temas relacionados à hepatologia, momento em que são elogiados por preceptores da central de transplante, tendo em vista o embasamento teórico e

prático no atendimento e no acompanhamento dos pacientes naquela instituição. Essa avaliação contribui para a elevação da autoestima do aluno e o faz reconhecer, mais ainda, a importância da participação nesse tipo de projeto de extensão.

No que se refere às atividades preventivas, o NEF oportuniza aos alunos a orientação sobre o estado vacinal do paciente, principalmente em relação às hepatites virais. Para atender a essa demanda, o paciente tem o acesso facilitado ao Hospital Rafael Fernandes, em Mossoró/RN, para administração dessas vacinas.

Além das vacinas, também são realizadas campanhas de combate às hepatites virais, com palestras educativas e aplicação de testes rápidos de hepatite C para detecção, o mais precocemente possível, uma vez que esse agravo tem um comportamento silencioso e pode levar anos para apresentação da manifestação hepática (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/SIGPROJ, 2016).

Essas ações preventivas são realizadas pelos alunos, integrantes do NEF, na FACS/UERN, bem como juntamente com a Associação dos Pacientes com Hepatites Virais de Mossoró (APHEMO), entidade que mantém uma evidente articulação com o Núcleo.

O Núcleo oportunizou, ainda, aos alunos, a participação conjunta em ações públicas de combate e prevenção à hepatite “C”, como a campanha “Você C conhece?”, realizada em dezembro de 2011, no Hospital Municipal São Camilo de Lélis (HMSCL) e no Centro de Atenção Psicossocial de álcool e drogas (CAPS-AD); e a campanha com ex-jogadores de futebol em julho do ano de 2013, no campo de jogo da Universidade Federal da Região do Semi-árido (UFERSA), na oportunidade da comemoração do Dia mundial de combate às hepatites virais daquele ano (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/SIGPROJ, 2016).

É importante esclarecer que a campanha com os ex-jogadores de futebol justifica-se pela utilização compartilhada, no passado, de seringa e agulhas não descartáveis para o uso de energéticos injetáveis antes de os treinos terem sido frequentes. Essas campanhas foram executadas pelos membros do NEF, sob supervisão do coordenador, juntamente com a APHEMO e consistiram em realização de palestras educativas, panfletagem, vacinação contra hepatite “B” e realização de testes rápidos para diagnóstico de hepatite “C”. Assim o NEF auxilia no cumprimento do papel do SUS, que “[...] não só atua visando a recuperação da

saúde da população, mas também é o responsável por práticas de prevenção” (PINHEIRO; CECCIM; MATTOS, 2006, p. 65).

Ressaltamos que não é propósito do Núcleo de Estudo do Fígado cobrir toda a lacuna que existe na rede SUS para o atendimento de pacientes com hepatopatia. Preza-se por um serviço que realmente tenha resolutividade plena para os que são usuários, o que não seria possível se a quantidade fosse a prioridade. Não há nenhuma afinidade do serviço com qualquer linha política, partidária, religiosa ou ideológica.

Como extensão universitária, o NEF contribui para o fortalecimento do elo teoria-prática, no âmbito universidade/comunidade, aliando-se ao ensino e à pesquisa, propondo-se, portanto, ao cumprimento por completo dos objetivos do projeto, que são:

- 1- Dar assistência integral aos pacientes com doenças hepáticas consistindo no atendimento não somente focado na doença hepática, mas no paciente como um todo, no aspecto biológico e psicossocial. No aspecto biológico, visando aos outros sistemas além do fígado, independentemente de estar relacionado à doença base. No aspecto psicossocial, nas orientações fornecidas a partir das necessidades do paciente, como encaminhamento para aquisição de medicação de alto custo, procedimentos específicos em outros serviços, orientação para utilização da promotória quando necessária a conscientização dos direitos como cidadão. Na área psicológica, o próprio atendimento qualificado, atencioso e humanizado transfere para o paciente a segurança de que está sendo bem cuidado como paciente e como indivíduo em situação de fragilidade causada pela doença. Há um apoio psicológico por parte dos membros do Núcleo e, quando necessário, prescreve-se medicação específica ou se encaminha para um serviço de saúde mental multidisciplinar.
- 2- Construir um modelo de assistência para o paciente com doença hepática. Em se tratando de modelo, jamais se poderia priorizar quantidade em detrimento de qualidade. Esse modelo é construído a partir dos métodos utilizados no projeto que sirvam para trazer benefícios fundamentais necessários para a devolução da qualidade de vida para os pacientes usuários do serviço. Será essa construção uma grande contribuição do projeto para a sociedade local e regional, no sentido do norteamento para criação de outros serviços para atender a real demanda que necessita de um serviço de hepatologia pelo sistema SUS.
- 3- Estabelecer um processo de aprendizagem teórico-prática para alunos de Medicina para lidar, de maneira sistemática, com habilidades e competências para com a problemática dos determinantes biológicos, socioeconômicos e ambientais das doenças hepáticas no que se referem a condução clínica, tratamento e prevenção de suas complicações. A partir da construção desses saberes e práticas, fazer relação com a formação de um médico generalista como previsto no Projeto Político-Pedagógico do Curso

de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

4- Fomentar a pesquisa como pilar importante nesse processo de aprendizagem, através do incentivo à elaboração de relatos de casos clínicos para congressos e eventos locais, regionais e nacionais, que venham somar aos conhecimentos estabelecidos e, ainda, observação de situações que despertam interesse da comunidade científica a partir da experiência prática do exercício de execução do projeto.

5- Estabelecer a extensão como ponte para uma real integração da universidade com a sociedade, relação essa imprescindível para a construção desses saberes e práticas. Será através dessa prática extensionista que os alunos se sentirão mais preparados e seguros durante o estágio do internato e como profissionais para a condução clínica de pacientes com doenças hepáticas. Assim, esse projeto de extensão cumprirá uma importante missão que será o investimento nos futuros profissionais para se tentar preencher por completo a lacuna existente no sistema SUS local e regional para assistência desses pacientes (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Como forma de aprofundar o conhecimento, o Núcleo realiza reuniões científicas quinzenais ou mensais, envolvendo temas relativos à hepatologia, como: cirrose hepática, hepatites virais, esteatose hepática, hepatite autoimune, hemocromatose, entre outros. Nessas reuniões, os alunos integrantes do projeto são responsabilizados pela organização de seminários, que visam ao aprofundamento de uma determinada temática, a partir de casos clínicos concretos, que são atendidos no NEF, sob a orientação do professor coordenador.

O Núcleo de Estudo do Fígado se fez presentes também em eventos organizados por outros setores da sociedade local, como o Encontro científico na Associação Médica de Mossoró, no dia 09 de setembro de 2010, cujo tema era “O Fígado nas diversas especialidades médicas”, discorrido pelo coordenador. Essa palestra frisou aos membros do Núcleo e a outros profissionais médicos da localidade a importância do conhecimento do fígado como órgão alvo de manifestação de doenças das mais variadas áreas do corpo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/SIGPROJ, 2016).

Ainda dentre as ações no processo de ensino/aprendizagem, o projeto mantém uma relação entre os seus membros e os discentes da disciplina de Clínica Médica/Aparelho Digestivo do 5º período do curso de Medicina da UERN. Antes das ministrações das aulas relacionadas aos temas de fígado, um membro do NEF, designado, prepara um caso clínico de algum paciente que acompanha no projeto. O

caso é apresentado de forma audiovisual, sem identificação do paciente, e é sempre relacionado ao tema de aula proposto.

Com essa ação, o aluno é treinado no papel de construção de saberes e práticas didático-pedagógicas para transmissão de conhecimentos, tanto no preparo de sua exposição quanto na explanação verbal diante do público acadêmico. O caso clínico apresentado pelo membro do Nucléolo no início da aula torna-se referência para as ilustrações práticas da explanação teórica do professor sobre o assunto em tela, tornando-se mais um meio facilitador da aprendizagem.

A participação do Nucléolo nas aulas da disciplina do Aparelho Digestivo tem-se tornado de boa receptividade por ambas as partes. Soma-se a esse instrumento educativo a discussão de caso clínico referente a pacientes com enfermidade com diagnóstico dificultoso ou que tenham um comportamento diferente do previsto. A apresentação também é feita pelos alunos membros e conta com a participação de professores supervisores.

Na discussão, há um preparo prévio por parte de cada membro, e os professores trazem suas experiências e saberes para melhor elucidação do caso apresentado. Além do treinamento da didática de explanação, os alunos vivenciam as experiências nas adversidades que surgem comumente no acompanhamento dos pacientes com enfermidade do fígado, consolidando o conhecimento de novas práticas a partir da vivência prática em novos cenários de aprendizagem, como afirma Pinheiro E Mattos (2008, p. 53):

[...] ao tomarmos os espaços dos serviços como cenários de aprendizado, entendemos que no encontro ou mesmo no confronto de ideias e experiências surge nova prática que de algum modo se alimentou daquelas vivências que nesse espaço se encontraram.

Esse aprofundamento científico culminou com a organização e a publicação de um livro intitulado **Condução clínica do paciente com cirrose hepática**, em 2013, constituindo-se uma experiência diferenciada e relevante no processo ensino/aprendizagem para todos os componentes do NEF. O livro foi organizado pelo coordenador e escrito por ele mesmo e por cada um dos membros componentes do projeto. Com o apoio da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN e do professor Dr. Huygens Garcia Parente, chefe da central de

transplante em Fortaleza, o livro veio a ser uma experiência relevante no processo de ensino/aprendizagem para todos os componentes.

Desde a construção dos temas até sua editoração, foram vivenciados momentos de trocas e compartilhamento no desenvolver de uma obra que, além de ser de utilidade para a academia, também seria de suma importância para o aprimoramento do atendimento aos pacientes com cirrose hepática pelos profissionais da região oeste potiguar.

O livro, escrito em uma linguagem técnica e, ao mesmo tempo, de compreensão fácil, veio a ser também um instrumento de esclarecimento para pacientes e familiares que convivem com a problemática da cirrose hepática. Para a redação dos textos dos capítulos, foram dadas orientação e supervisão quanto às normas técnicas e éticas, para que fosse um trabalho original, com o objetivo de somar conhecimentos e, concomitantemente, uma experiência em torno da produção científica.

O livro “Condução clínica do paciente com cirrose hepática” consta de 17 capítulos, abordando os seguintes conteúdos: “Introdução”, “O fígado”, “O atendimento ao paciente com cirrose hepática”, “Cirrose hepática”, “Causas de cirrose hepática”, “Diagnóstico de cirrose hepática”, “Fibrose hepática”, “Hipertensão portal”, “Ascite”, “O procedimento da paracentese”, “Peritonite bacteriana espontânea”, “Encefalopatia hepática”, “Síndrome hepatorenal”, “Síndrome hepatopulmonar”, “Carcinoma hepatocelular”, “Hemorragia digestiva alta no cirrótico”, “Transplante hepático” e “Recomendações para melhorar a qualidade de vida do paciente com cirrose hepática”.

Assim, a produção contempla os principais conhecimentos para um atendimento de qualidade a um paciente que é acometido da doença, que é uma das mais frequentes na área da hepatologia. Sua edição foi produzida por uma editora local (Editora Queima-Bucha), com o lançamento de 500 exemplares (LINS, 2014).

No período de 03 a 05 de julho de 2013, o projeto participou também do VI Colóquio de Extensão da UERN, no qual foi feita uma apresentação oral por um dos membros do projeto, com o tema “Nucléolo de Estudo do Fígado: uma proposta de extensão e atenção integral aos pacientes com cirrose hepática e outras hepatopatias crônicas”.

Nesse mesmo colóquio, o projeto foi escolhido como um dos três melhores resumos expandidos pela sua comissão avaliadora. Isso veio fortalecer mais ainda a autoestima dos alunos participantes, que viram também, nessas participações, a importância de se fazer um trabalho com dedicação e responsabilidade.

O projeto foi publicado no segundo capítulo do 1º livro do VI Colóquio de Extensão da UERN, em 2013, sendo apreciado (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013, p. 7) como:

[...] um processo de difusão de algumas práticas extensionistas desenvolvidas na UERN, institucionalizada e que refletem as possíveis alternativas de curricularização da extensão, ou seja, há possibilidades e capacidade de implementá-la a partir da flexibilização curricular, da interdisciplinaridade e real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ressaltamos, no entanto, que o desenvolvimento do projeto de extensão, objeto de estudo, enfrenta diversos desafios, como a ausência de suporte financeiro para o desenvolvimento das ações; para arcar com o traslado e a permanência dos alunos e dos professores na cidade de Fortaleza/CE, por ocasião das práticas no Centro de Referência; e para pagamento dos telefonemas necessários para assegurar a agilidade aos atendimentos e encaminhamentos dos usuários, em especial os que apresentam estado grave.

Além do desafio citado, citamos a concepção de extensão como prestação de serviços e como via de mão única, que ainda permeia entre estudantes e professores, e, conseqüentemente, acerca do papel social da universidade como detentora de um saber que precisa ser repassado para a população.

Esses desafios não são específicos da realidade da FACS, mas refletem o espaço social que a extensão vem assumindo no âmbito das políticas para a educação superior no Brasil.

No entanto, o Nucléolo constitui espaço de resistência e vem contribuindo, por meio de suas ações, com o despertar, entre todos os envolvidos, de uma outra concepção sobre extensão, ou seja, como via de mão dupla e com possibilidades para a implementação da articulação entre teoria e prática, bem como da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, demarcando, assim, o papel social da universidade.

Porém, a caminhada precisa ser avaliada e (re)significada para a implementação de uma concepção de extensão popular e, conseqüentemente, uma universidade cidadã. Esse é o grande desafio que precisa ser enfrentado pelos cursos da UERN como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever a trajetória histórica do NEF como parte da extensão da FACS, da UERN, constituiu um desafio, considerando-se a necessidade de retomarmos, historicamente, a extensão na universidade citada e na FACS, como forma de situarmos o NEF na instituição.

O desafio enfrentado diz respeito ao escasso registro da memória da extensão nos documentos oficiais na instituição, como relatórios, atas, resoluções, dentre outros. Esse desafio exigiu um esforço maior da nossa parte, no sentido de levantar esses documentos e deixa arestas para novos trabalhos, tendo em vista que a história da extensão está na memória dos atores e atrizes que a vivenciaram, em especial, os gestores da extensão no decorrer de sua existência na UERN.

Diante desse desafio, apreendemos o amadurecimento e a ampliação da extensão universitária, concretizada na Política Nacional de Extensão, bem como os conflitos enfrentados que revelam os avanços e retrocessos no que se refere a sua concepção, ao seu financiamento e ao papel que ocupa na universidade brasileira.

Apreendemos ainda o papel protagonista assumido pelo FORPROEX no sentido de assumir uma nova concepção sobre extensão, bem como em mobilizar as universidades públicas brasileiras quanto à necessidade de implementar a extensão como um processo indispensável na formação do aluno, como o ensino e a pesquisa. Para o FORPROEX (1998), a extensão permite que o conhecimento, pilar fundamental da universidade, tenha mais um autor e ator em sua construção, ou seja, a comunidade.

A exemplo do caminho percorrido em nível nacional, na UERN, a extensão vem crescendo, desde a sua criação, em termos de estrutura organizacional, funcionamento e nos instrumentos legais, bem como na ampliação de projetos, programas e ações, que têm por base a prestação de serviços. Porém, ainda requer enfrentar o desafio do financiamento, do espaço nos processos de formação dos diversos cursos e da implantação da extensão popular.

No que se refere ao Projeto do NEF, diante da experiência descrita, acreditamos que tem procurado contribuir com o papel transformador da universidade, através dos seus compromissos com a formação e suas relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, no que diz respeito à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão, o NEF permitiu essa relação intrínseca através das suas ações nos mais diversos aspectos. Do ponto de vista de ensino, contribui com a formação profissional dos discentes a partir de suas práticas didático-pedagógicas com os seminários de temas importantes relacionados às doenças do fígado e suas repercussões.

Esses temas foram ministrados pelos próprios alunos, com discussões de casos clínicos que fundamentaram a consolidação do conhecimento e, apesar de surgirem a partir de um ponto específico (doenças hepáticas), sua análise abrangente permitia uma reflexão multidisciplinar não somente no contexto curativo e reparador, como no preventivo e também alcançando outras dimensões além da biológica, para que o papel de cuidar do doente do fígado seja integral, a fim de que este possa ter uma melhor qualidade de vida.

Ainda em relação ao ensino, era solicitada dos membros a participação nas aulas da disciplina do Aparelho Digestivo, no início das quais um membro do NEF apresentava um caso clínico, que passava a ser norteador para a compreensão mais prática da aula expositiva, já que os casos eram pré-selecionados conforme o tema de cada aula.

Na pesquisa, o NEF desempenhou o incentivo pela busca do novo, através da elaboração de trabalhos de relatos de casos para apresentação em congressos e simpósios, organizados por grupos de referência nacional e regional, e também o incentivo à produção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Uma das produções de incentivo à pesquisa de revisão bibliográfica foi a edição do livro já citado.

E, por fim, e principalmente no que diz respeito à extensão propriamente dita, o projeto cumpriu vários objetivos, que respaldam o papel social da universidade, a saber pelo contato com a comunidade nos atendimentos de ambulatório, realização de palestras em eventos diversos, diagnóstico de problemas sociais e busca de soluções no que tange à necessidade de integração dos pacientes com doenças hepáticas em outros serviços de referência, consolidando o papel extramuro da universidade, como, por exemplo, no tratamento de hepatites virais em hospital de referência, como o Hospital Rafael Fernandes em Mossoró-RN, e na inclusão desses pacientes na Associação dos Pacientes com Hepatite de Mossoró (APHEMO) e, ainda, no transplante hepático em central de um outro estado, como a

Central de Transplante Hepático do Hospital Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza - CE.

Na relação com a comunidade, também aconteceu o acréscimo do conhecimento a partir da cultura e da vivência dos pacientes com as doenças hepáticas: sua relação com a família e com a comunidade de origem, suas repercussões sociais pela incapacidade para o trabalho, as dificuldades do acesso aos serviços de saúde e a aquisição das medicações, a visão que se tem da relação do fígado com vários aspectos da vida, incluindo o emocional, etc.

Já em relação à curricularização da Extensão, o NEF não tem sido atividade obrigatória para todos os estudantes do curso médico da FACS/UERN. Porém, para os que pelo projeto passaram, houve um envolvimento marcante, que refletiu no exercício obrigatório do estágio curricular (Internato), principalmente quando em atividades hospitalares, em que eram evidenciados por parte dos seus preceptores, o bom desempenho desses internos quando em acompanhamento de pacientes com doenças hepáticas.

A certificação da atividade extensionista também serviu como atividade complementar obrigatória para integralização de carga horária. A não totalidade da participação efetiva de todos acadêmicos de Medicina da FACS/UERN em projetos de extensão, como o Núcleo de Estudo do Fígado, reflete ainda o não cumprimento, por todas as universidades do Brasil, do que orienta a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), que recomenda, para o ensino superior brasileiro assegurar, no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Acreditamos que, muito em breve, contemplaremos uma extensão valorizada pela universidade tal qual o são o ensino e a pesquisa.

A formação continuada para os próprios membros do projeto, professores e profissionais de saúde foi também um dos objetivos do NEF ao propor e organizar eventos de atualização em práticas de saúde, como os Encontros Mossoroenses de Hepatites Virais, destinados aos que lidam com o ensino e a prática desses agravos em saúde.

No que se refere ao compromisso social da universidade com a prática da extensão, o NEF tem-se destacado ao priorizar o atendimento integral aos pacientes com doenças hepáticas, do ponto de vista de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Como já mencionado, essas ações, além do atendimento ambulatorial de

qualidade, compõem-se de eventos educativos e de prevenção às hepatites virais, bem como de encaminhamento para outros serviços de referência quando necessário, inclusive fora do Estado do Rio Grande do Norte, como é o caso da Central de Transplante do Hospital Walter Cantídio em Fortaleza - CE, ampliando assim a possibilidade do cumprimento dos direitos humanos e o respeito às diversidades inerentes ao público-alvo das ações, permitindo a contribuição com o compromisso transformador da sociedade da universidade.

Porém, o NEF, a exemplo da própria UERN, enfrenta desafios para o desenvolvimento das suas ações. São desafios de natureza conceitual, financeira, organizacional, política, ética e cultural.

No entanto, o Núcleo vem contribuindo, por meio de suas ações, com o despertar, entre todos os envolvidos, de uma outra concepção sobre extensão, ou seja, como via de mão dupla e com possibilidades para a implementação da articulação entre teoria e prática, bem como sobre a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, demarcando, assim, o papel social da universidade.

Porém, a caminhada precisa ser avaliada e (re)significada para a implementação de uma concepção de extensão popular e, conseqüentemente, uma universidade cidadã. Esse é o grande desafio que precisa ser enfrentado, não somente pelo NEF/FACS, mas pela totalidade dos cursos da UERN.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de outubro de 1988.

_____. Plano Nacional de Educação 2001-2010. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CABRAL NETO, A. **Flexibilização curricular**: cenários e desafios. Natal: UFRN, 2004. (Coleção pedagógica)

CECCIM, R. B., CARVALHO, Y. M. de. Ensino de saúde como projeto da integralidade: a educação dos profissionais de saúde no SUS. In: PINHEIRO, R., CECCIM, R.B., MATTOS, R.A. **Ensinar SUS**: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área de saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2005.

COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN, 6., 2013, Mossoró. **1º Livro do Colóquio de Extensão da UERN**: Extensão Universitária: Diálogos e Práticas. Mossoró: PROEX/UERN. 2013.

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., Argentina, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/12346789/136064/101_00175.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 junho 2016.
XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus de 2012.

CORREIA, O. V. **A extensão universitária no Brasil**: um resgate histórico. São Cristóvão: UFS. 2000.

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília,DF. **Relatórios...**

Brasília,DF: PROEX, 1987. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 2., 1988, Belo Horizonte/MG. **Relatórios...** Belo Horizonte: PROEX, 1988. Disponível em
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 3., 1989, Belém/PA. **Relatórios...** Belém: PROEX, 1989. Disponível em
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 4., 1990, Florianópolis/SC. **Relatórios...** Florianópolis: PROEX, 1990. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 5., 1991, São Luis/MA. **Relatórios...** São Luis: PROEX, 1991. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

_____, 6., 1992, Santa Maria/RS. **Relatórios...** Santa Maria: PROEX, 1992. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

_____, 7., 1993, Cuiabá/MT. **Relatórios...** Cuiabá: PROEX, 1993. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 8., 1994, Vitória/ES. **Relatórios...** Vitória: PROEX, 1994. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 9., 1995, Fortaleza/CE. **Relatórios...** Fortaleza: PROEX, 1995. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 11., 1997a, Curitiba/PR. **Relatórios...** Curitiba: PROEX, 1997. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 12., 1997b, Brasília,DF. **Relatórios...** Brasília, DF: PROEX, 1997a. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 13., 1998a, Brasília,DF. **Relatórios...** Brasília,DF: PROEX, 1998. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 14., 1998b, Natal/RN. **Relatórios...** Natal: PROEX, 1998a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 17., 2001, Vitória/ES. **Relatórios...** Vitória: PROEX, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 18., 2002, Florianópolis/SC. **Relatórios...** Florianópolis: PROEX, 2002. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 19., 2003, Manaus/AM. **Relatórios...** Manaus: PROEX, 2003. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 20., 2004, Recife/PE. **Relatórios...** Recife: PROEX, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 21., 2005, São Luis/MA. **Relatórios...** São Luis: PROEX, 2005. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 22., 2006, Porto Seguro/BA. **Relatórios...** Porto Seguro/BA: PROEX, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 23., 2007, Brasília,DF. **Relatórios...** Brasília,DF: PROEX, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 24., 2008, Curitiba/PR. **Relatórios...** Curitiba: PROEX, 2008. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 de set. 2016.

_____, 25., 2009a, João Pessoa/PB. **Relatórios...** João Pessoa: PROEX, 2009. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em 10 set. 2016.

_____, 26., 2009b, Rio de Janeiro/RJ. **Relatórios...** Rio de Janeiro: PROEX, 2009a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 27., 2010a, Fortaleza/CE. **Relatórios...** Fortaleza: PROEX, 2010. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 de set. 2016.

_____, 28., 2010b, Santo André/SP. **Relatórios...** Santo André: PROEX, 2010a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 29., 2011a, Maceió/AL. **Relatórios...** Maceió: PROEX, 2011. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 30., 2011b, Porto Alegre/RS. **Relatórios...** Porto Alegre: PROEX, 2011a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 31., 2012a, Manaus/AM. **Relatórios...** Manaus: PROEX, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 32., 2012b, Brasília,DF. **Relatórios...** Brasília,DF: PROEX, 2012a.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 33., 2013a, Rio de Janeiro/RJ. **Relatórios...** Rio de Janeiro: PROEX, 2013.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 34., 2013b, Palmas/TO. **Relatórios...** Palmas: PROEX, 2013a. Disponível

em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>.

Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 35., 2014a, Belém/PA. **Relatórios...** Belém: PROEX, 2014. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 36., 2014b, Goiânia/GO. **Relatórios...** Goiânia: PROEX, 2014a. Disponível

em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>.

Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 37., 2015a, Gramado/RS. **Relatórios...** Gramado: PROEX, 2015.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 38., 2015b, João Pessoa/PB. **Relatórios...** João Pessoa: PROEX, 2015a.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 39., 2016a, São Bernardo do Campo/SP. **Relatórios...** São Bernardo do Campo: FORPROEX, 2016. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____, 40., 2016b, Ouro Preto/MG. **Relatórios...** Ouro Preto: PROEX, 2016a.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/documentos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidades outra forma de ensino**. João Pessoa: UFPB, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. (Coleção Extensão Universitária; v.5)

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

_____. **Avaliação da Extensão Universitária**: Brasília,DF: MEC/SESu, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3).

_____. **Extensão Universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: PROEX-COOPMED, 2007. Disponível em:< www.ccopmed.com.br>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GURGEL, M.R. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados. 1986.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

LIBERALINO, F. N. Atividades curriculares de extensão em comunidade: uma estratégia de flexibilização. In: CABRAL NETO, A. **Flexibilização curricular**: cenários e desafios. Natal: UFRN, 2004. (Coleção pedagógica).

LIMA, J. M. C. **Gastroenterologia e Hepatologia**: sinais, sintomas, diagnóstico e tratamento. Fortaleza/CE: UFC Edições, 2010.

LINS, F.X.D.L. **Alcoolismo**: reais efeitos no organismo e na sociedade. Mossoró: Queima Bucha, 2009. Projeto de Extensão da UERN

LINS, F. X. D. **Condução clínica do paciente com cirrose hepática**.. Mossoró: Queima Bucha, 2014. Projeto de Extensão da UERN.

MAGALHÃES JÚNIOR, H. M.; OLIVEIRA, R. da C. Concretizando a integralidade nos serviços de saúde: a aposta do SUS em Belo Horizonte. In: PINHEIRO, R.; FERLA, A. A.; MATTOS, R. A. de. (Orgs.). **Gestão em redes**: tecendo os fios da integralidade em saúde. Rio de Janeiro: EDUCS/ IMS/UERJ/CEPESQ, 2006.

MATTOS, A. A; CORRÊA, E. B. D. **Tratado de Hepatologia**. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

MEDEIROS, G. C. M. de. Conformação histórica da extensão universitária no Brasil. In: RODA de Conversa: o desafio da extensão universitária no Brasil. Mossoró: Grupo de Pesquisa Marcos Teóricos Metodológicos Reorientadores da Educação e do Trabalho em Saúde – FAEN/UERN, 2017. Arquivo de mídia digital.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. 2 ed. Brasília,DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

MORENO, L. R.; BATISTA, N. A. Avaliação da aprendizagem em Medicina: concepções e práticas docentes. In: BATISTA, N. A.; BATISTA, S. H.; ABDALLA, I. G. (Org.). **Ensino em saúde**: visitando conceitos e práticas. São Paulo: Arte & Ciência, 2005. p. 317-334.

NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2000. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997-2000.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de. **Cuidar do cuidado**: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPECS–IMS/UFRJ. 2008.

PINHEIRO, R.; CECCIM, R. B.; MATTOS, R. A. de. **Ensino, trabalho e cidadania**: novas marcas ao ensinar integralidade no SUS. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UFRJ, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. SINAN NET/2014. Disponível em: <<http://www.saude.rn.gov.br/boletimepidemiologico>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

SALCI, M. A. et al. Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. **Texto e contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n.1, jan./mar. p. 224-230. 2013.

SAMPAIO, J. H. Extensão universitária como um dos sentidos necessários para a articulação da indissociabilidade na construção do currículo. In: VEIGA, I. P. A.; NAVES, M. L. de P. (Org.). **Currículo e avaliação na educação superior**. 1.ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

SANTOS JÚNIOR, A. L. **A Extensão Universitária e os entre-laços dos saberes**. Salvador: UFBA. 2013.

SCHOMITT DE BEM, R. **Conhecendo a hepatologia**. Disponível em: <http://hepatologiaparana.com.br/a_hepatologia>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SERRANO, R. M. S. M. As tensões na universidade e as pretensões da extensão universitária popular. In: BAPTISTA, M. das G. de A.; PALHANO, T. R. (Org.). **Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática**. João Pessoa: UFPB, 2011.

SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SILVA, C. M. da C. et al. Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n 5, ago, 2010.

SILVA, L. C. da. **O fígado sofre calado**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

TEIXEIRA, R. R. Modelos comunicacionais e práticas de saúde. **Interface – comunicação, saúde, educação**, v. 1, n. 1, p.7-40, 1997.

TIMOTEO, R. P. de S. A universidade e a flexibilização curricular: dilemas e desafios a enfrentar. In: CABRAL NETO, Antônio. **Flexibilização curricular: cenários e desafios**. Natal: UFRN, 2004. (Coleção pedagógica).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo do Projeto Rondon. **Operação Rondônia Cinquentenário**. 2016. Disponível em: <<http://www.rondon.unb.br>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Extensão. **Sistema de Informação e Gestão de Projetos**. Disponível em: <<http://sigproj.uern.br/?goTo=what&plataforma=5>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 06/91 da Fundação Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Norte (FURRN)**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-a-pro-reitoria-historia>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. Conselho Superior de Ensino. **Pesquisa e Extensão**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-a-pro-reitoria-historia>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **PIC**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-apresentacao>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2016. Disponível em: <<http://www.uern.br/default.asp?item=documentos-pdi>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2008. Disponível em: <<http://www.uern.br/default.asp?item=documentos-pdi>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **PROEX/UERN/2017**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-apresentacao>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **PROEX/UERN/2010**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-projetos>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **PROEX/UERN/2013**. Disponível em: <<http://proex.uern.br/default.asp?item=proex-publicacoes>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **PROEX/UERN/2016**. Disponível em: <<https://sigproj.uern.br/siex.php?id=7&plataforma=1&acao=1#>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Faculdade de Ciências da Saúde. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**. 2014. Disponível em: <<http://www.uern.br/default.asp?item=documentos-ppc/medicina>>. Acesso em: 9 set. 2016.

VEIGA, I. P. A.; NAVAES, M. L. de P. **Currículo e avaliação na educação superior**. São Paulo: Junqueira e Marin Editores, 2005.

WANDERLEY, L. E. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

APÊNDICE A - QUADRO SÍNTESE DOS ENCONTROS DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX)

FÓRUM	Data:	Local:	Conclusões e/ou recomendações
Iº	Novembro de 1987	UNB Brasília-DF	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de extensão como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. - A extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica, devendo suas atividades serem computadas na carga horária a partir de uma integração efetiva entre os Pró-Reitores de Extensão, de Ensino e de Pesquisa. - Necessidade de recursos do tesouro para a extensão, garantindo disponibilidade permanente de verbas para assegurar continuamente suas atividades.
IIº	Maio de 1988	UFMG Belo Horizonte-MG	<ul style="list-style-type: none"> - A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade com as demandas da sociedade, assumindo o seu compromisso social, resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária. - Com a extensão, o conceito de sala de aula abrange todos os espaços dentro e fora da universidade, onde professores, alunos e população são atores, sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e formar recursos humanos. - Sugere-se a obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, através de projetos que venham fortalecer o trabalho universitário com a comunidade, contribuindo para propor alternativas para solução de problemas sociais
IIIº	Julho de 1989	Belém-PA	<ul style="list-style-type: none"> - Na relação universidade e sociedade, a questão da prestação de serviços deve ser segundo uma dimensão emancipatória, não assistencialista, superando interesses que comprometem o projeto político acadêmico das universidades. - A extensão é um dos espaços estratégicos para a promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, superando a forma histórica dominante da compartimentação do saber da realidade.
IVº	Maio de 1990	UFSC Florianópolis-SC	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de continuidade dos esforços empreendidos, impondo-se uma maior articulação entre as atividades-fim universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão, e também uma progressiva socialização do conhecimento, com maior compromisso da universidade para a busca de soluções dos problemas sociais. - As universidades públicas brasileiras devem contribuir para a alfabetização de crianças, jovens e adultos como ação prioritária na recuperação

			<p>imediate do sistema regular de educação do país com base para a superação dos problemas afetos à educação.</p> <p>- A expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da universidade pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento, respeitando os princípios constitucionais de manutenção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade.</p>
Vº	Junho de 1991	UFMA São Luís-MA	<p>- Estabelecem-se novas diretrizes políticas para a extensão, como o estabelecimento do mesmo tratamento que deve ser dado ao ensino, à pesquisa e à extensão em relação ao planejamento orçamentado das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área. Privilegiar ações integradas com as administrações públicas, submetendo as atividades de extensão a um sistema de avaliação de modo análogo às demais atividades de ensino e pesquisa.</p> <p>- Institucionalização e integralização curricular da extensão resguardadas à competência dos departamentos, mantendo o mesmo nível hierárquico do ensino e da pesquisa na estrutura administrativa universitária, tendo o desenvolvimento de ações interdisciplinares como prioridade das Pró-Reitorias de Extensão.</p>
VIº	Abril de 1992	UFSM Santa Maria-RS	<p>- Discussão da conceituação de patrimônio natural e cultural, priorizando os museus como hipótese de trabalho no âmbito da universidade.</p> <p>- Incentivo a formação de corredores culturais regionais e nacionais para fazer circular a produção cultural, possibilitando o intercâmbio entre as instituições universitárias em suas três áreas de atuação, estabelecendo-se para isso um calendário cultural nacional.</p> <p>- Extrapolar os muros das universidades através da arte, expressão comum e interdisciplinar, consorciando com a sociedade, numa permanente troca de experiências artístico-culturais.</p> <p>- Discutir e analisar o papel das práticas esportivas recreativas e de lazer como instrumentos de melhoria de qualidade de vida.</p> <p>- Transformar assim a universidade num espaço cultural e de lazer, fazendo parte permanentemente da vida da comunidade interna e externa.</p> <p>- Estabelecer um Sistema Nacional de Comunicação de prioridade das universidades públicas, com emissoras de rádio e tevê em todos os Estados.</p> <p>- Criação de oficina literária como atividade extensionista no âmbito da universidade, difundindo métodos até que se torne programa permanente.</p>
VIIº	Junho de 1993	UFMT Cuiabá-MT	<p>- A avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária é de fundamental importância como processo político-técnico, devendo criar instrumentos que permitem a visibilidade estrutural e orgânica da própria universidade, em seu contexto global, colocando os projetos extensionistas no parâmetro da indissociabilidade junto ao ensino e à pesquisa.</p> <p>- A avaliação da extensão deve contemplar tanto a função acadêmica como fator de natureza</p>

			endógena, como a função social da universidade como fator de natureza exógena, servindo como banco de dados de atividades na forma de rede nacional.
VIIIº	Maio de 1994	UFES Vitória-ES	- A universidade deve ser um espaço aberto às discussões que permitam o pleno exercício da cidadania, visando à superação da exclusão ou marginalização que ainda mantêm setores da sociedade alheios ao exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos, como também do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano. Portanto, a universidade, nessa construção da cidadania, passa a ter a cara da sociedade, identificando-se como sujeito social, empreendendo, como estratégia vital, a produção e a difusão articulada de ciência, arte, tecnologia e cultura.
IXº	Junho de 1995	UFCE Fortaleza-CE	- Há necessidade de formar comissões temáticas que aprofundem o perfil da extensão em suas práticas, como na prestação de serviços, parceria, assistência em saúde, educação continuada, relação com a cultura, entre outros, de maneira a definir políticas acadêmicas e estratégicas. - As universidades devem aprimorar mecanismos de avaliação capazes de dar conta do impacto interno e externo de suas ações direcionadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, capacitando o ensino para formação de profissionais críticos, hábeis, competentes e transformadores da realidade social.
Xº	Em 1996	Belém-PA	- Possibilidade de produção de conhecimento da interface universidade/comunidade. - Criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais. - Aprofundamento do novo conceito de sala de aula para além do limite do espaço físico. - Estágio curricular como um dos instrumentos que viabilizam a extensão como momento da prática profissional. - O estágio deve estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.
XIº	Em 1997	Curitiba-PR	A avaliação da Extensão Universitária e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB, que propõe o fomento de uma cultura avaliativa da universidade, de modo a envolver toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade da função social das universidades.
XIIº	Dezembro de 1997	Brasília-DF	Solucionados os indicadores quantitativos das ações extensionistas, entre os quais; número de projetos desenvolvidos, público estimado, número de eventos realizados, público beneficiado, tipos de cursos de extensão, número de certificados, número de produtos elaborados, prestação de serviço e número de municípios atendidos em ações extensionistas.
XIVº	Maio de 1998	Natal-RN	Discussão do Plano Nacional de Extensão Universitária: Princípios básicos; Profissão cidadão; Instrumento de mudança; Significado e importância; Objetivos; Metas; Áreas temáticas; Universidade cidadã; Financiamento e avaliação.
XVº	Maio de 1999	Campo Grande-MS	Encontro extraordinário do FORPROEX, com a finalidade de emissão de relatório do grupo técnico e sistema de dados e informações e

			RENEX (Rede Nacional de Extensão), constando de: I- Antecedentes; II- Situação atual; III- Proposta de planilha básica de dados para sistema e informação; IV- Proposta de sistematização das áreas temáticas; V- Proposta de sistematização das linhas programáticas; VI- Caracterização das ações de extensão; VII- Relacionamento entre as ações de extensão; VIII- Informações para um banco de dados; IX- Proposta de uma planilha básica de dados e respectivas definições; X- Implementação de comitês temáticos; XI- RENEX (Rede Nacional de Extensão).
XVIº	Junho de 2000	João Pessoa	Avaliação da Extensão Universitária; pressupostos, indicadores (política de gestão, infraestrutura, relação universidade/sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica) e aspectos metodológicos. Aprovação da Coleção Extensão Universitária, conforme metas traçadas no Plano Nacional de Extensão (PNEU), a qual traz pressupostos e diretrizes para a organização da extensão nas universidades brasileiras, principalmente no que tange à permanente necessidade de avaliação institucional das atividades de extensão universitária e criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população.
XVIIº	Maio de 2001	Vitória-ES	Flexibilização curricular e Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão. - Pensar flexibilização superando o conceito rígido de disciplina para o de componente ou atividade curricular, envolvendo um conjunto diversificado (incluindo a extensão) e ao mesmo tempo articulado de experiências de aprendizagem, revendo também os conceitos de créditos, carga horária e de integralização curricular. - Pensar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como fator relevante para uma nova compreensão do conceito de flexibilização curricular.
XVIIIº	Em 2002	Florianópolis-SC	Início de diálogo entre o FORPROEX e o FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação da Universidades Brasileiras), no que se refere à questão da flexibilização curricular
XXº	Maio de 2004	Recife-PE	Subsídio à reforma universitária em gestão do MEC, reafirmando a responsabilidade do FORPROEX na construção contínua e progressiva de uma universidade voltada ao desenvolvimento da nação. - Princípio da educação superior como uma política de Estado e bem público. - Princípio da educação superior como Sistema Nacional que incorpora a autonomia universitária e a prática indissociável da extensão, pesquisa e ensino, respeitando a diversidade e o grau de organização das instituições e atendendo às necessidades regionais.
XXIº	Maio de 2005	São Luís-MA	- Extensão Universitária e as Tecnologias Sociais. - Análise histórica da Extensão Universitária. - A Extensão Universitária no Contexto da Reforma da Educação Superior. - Extensão Universitária como instrumento de Inclusão Social. - Diagnóstico e avaliação da participação das Universidades Públicas em Programas de Políticas Públicas.

XXIIº	Maio de 2006	Porto Seguro-BA	Aprovação de documento de referência para a organização, estruturação nos três níveis (nacional, regional e local) e o trabalho da Comissões de Áreas Temáticas, quais sejam: Comunicação, Saúde, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.
XXIIIº	Maio de 2007	Brasília-DF	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de grupo representativo de gestores para repensar, definir e propor linhas de políticas públicas para a Extensão Universitária, levando em consideração as principais questões traduzidas do fazer extensionista. - Participação da ANEPOP (Articulação Nacional de Extensão Popular), criada em 2005, compreendendo uma série de experiências de extensão universitária, inspiradas e orientadas pela Educação Popular, numa expectativa educativa estudada e desenvolvida teoricamente por Paulo Freire e outros autores, com a finalidade de contribuir para a emancipação humana, especificamente daqueles setores sociais mais desfavorecidos.
XXIVº	Abril de 2008	Curitiba-PR	Debate sobre "A parceria das Universidades com o Estado e os Municípios / A experiência das Universidades do Paraná".
XXVº	Junho de 2009	João Pessoa-PB	<p>Direitos Humanos: Desafios da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discussão, implementação e controle social das políticas públicas em direitos humanos como imperativo para uma universidade comprometida com a transformação social no sentido da superação das desigualdades e da construção da cidadania. - Definição de políticas públicas de extensão nos diversos setores e promoção de amplo debate no sentido de fortalecer a institucionalização das atividades extensionistas.
XXVIº	Novembro de 2009	Rio de Janeiro-RJ	Escolha de membro para representar o FORPROEX no Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social, que reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a replicação em escala de Tecnologias Sociais.
XXVIIº	Junho de 2010	Fortaleza-CE	- A Extensão Universitária no contexto do século XXI.: A trajetória do Fórum na luta pela institucionalização da Extensão, a Extensão no cenário da Educação Superior Pública, Política e institucionalização da Extensão, a Curricularização das Ações de Extensão e sua contribuição na formação acadêmica.
XXVIIIº	Novembro de 2010	Santo André-SP	<ul style="list-style-type: none"> - "A existência de programas institucionalizados de extensão com indicadores de monitoramento". - Compromisso da Comissão Nacional do Fórum; Proposta de uma sociedade brasileira de extensão com CNPJ.
XXIXº	Maio de 2011	Maceió-AL	<p>Fortalecimento da extensão universitária como prática acadêmica e como contribuição na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira, incluindo os seguintes pactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incorporação curricular definitiva das ações de extensão; - Adequada inserção da extensão nas metas para a educação superior no PNE; - Regulamentação da extensão como prática acadêmica; reconhecimento das ações de extensão e do esforço docente e técnico nas

			<p>normas e nas carreiras acadêmicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão; - A instituição pelo MEC do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte no âmbito da Educação Superior brasileira; - A incorporação da extensão universitária no processo de avaliação da educação superior; - Estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovada da Universidade na superação da iniquidade social; - Criação de um Departamento de Políticas Acadêmicas Integradas para induzir a integração entre extensão, ensino e pesquisa no cotidiano da IES e das Políticas de Educação Superior e demais políticas.
XXX ^o	Novembro de 2011	Porto Alegre-RS	<ul style="list-style-type: none"> - Conclamação aos extensionistas para promoverem uma intervenção vibrante na sociedade, ampliando o caráter inclusivo da extensão universitária. - Reafirmação da necessidade de o FORPROEX atuar em duas dimensões: uma interna para fortalecer a institucionalização da extensão nos IES e outra externa com parceiros e mantenedores. - Finalização e formalização do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte - Necessidade de ampla discussão sobre Extensão e educação a distância. - Finalização do dossiê de avaliação da Extensão Universitária da Educação Superior pela comissão de avaliação do FORPROEX.
XXXI ^o	Mai de 2012	Manaus-AM	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de agenda que deve ser permanentemente atualizada e pactuada na negociação interna e externa da extensão, quais sejam: incorporação curricular, inserção nas metas para a Educação Superior no PNE, regulamentação, criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, definição de valores para atender às demandas do edital PROEXT 2012, instituição do Plano Nacional de Extensão o mais breve possível pelo MEC, incorporação no processo de avaliação da Educação Superior, fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas, criação do departamento de políticas acadêmicas integradas, financiamento para criação de plataforma de comunicação da extensão e apoio a rádios e TVs educativas vinculadas às IPES para o desenvolvimento nacional, tais como saúde, educação, cultura, etc.
XXXII ^o	Novembro de 2012	Brasília-DF	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da manutenção do FORPROEX; - Adequada inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos; - Efetivação da presença das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa estaduais no apoio à extensão; - Finalização da minuta da Lei de Extensão para regulamentar a prática acadêmica da extensão como demanda urgente para a universidade; - Estabelecimento de critérios para que a extensão possa ser contemplada na concorrência a Bolsas de Internacionalização oferecidas pelos órgãos governamentais.

XXXIIIº	Maio de 2013	Rio de Janeiro-RJ	<ul style="list-style-type: none"> - Assegura o FORPROEX como órgão que representa a extensão universitária junto à sociedade, aos órgãos públicos brasileiros e às redes internacionais de extensão. - Necessidade de criação de fontes permanentes de recursos financeiros. - Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPESBs), principais agentes de proposição de políticas públicas. - Garantia pelo MEC de repasse de recursos do PROEX para as IPESBs. - Reconhecimento da importância da política de editais de Extensão Universitária. - Necessidade da criação de um setor específico na estrutura orgânica do MEC para a gestão da extensão universitária. - Apoio à iniciativa de ações colaborativas junto ao segmento da cultura no fortalecimento do Sistema Nacional da Cultura.
XXXIVº	Novembro de 2013	Palmas-TO	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão, Inclusão e Tecnologia: a Inclusão Digital e o Papel das universidades, Educação Popular, Educação a Distância e Extensão Universitária
XXXVº	Maio de 2014	Belém-PA	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da manutenção do reconhecimento do FORPROEX nas políticas de extensão. - Urgência na aprovação e efetivação do Plano Nacional de Educação. - Reconhecimento e efetivação pelo MEC do Plano Nacional de Extensão Universitária construído em parceria com o FORPROEX. - Urgência na aprovação e na implementação da política de internacionalização universitária conforme documento "Programa de Extensão sem Fronteiras". - Criação urgente do setor específico junto ao MEC para a Extensão Universitária.
XXXVIº	Novembro de 2014	Goiânia-GO	<p>Extensão em Territórios: Debate de alguns desafios e perspectiva para a extensão universitária brasileira, com atenção especial para o Programa Nacional de Extensão Universitária-PROEXT, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a extensão universitária, Extensão em Territórios como estratégias para desenvolvimento e cidadania, territórios criativos: Programa Nacional de formação musical e a Extensão e Programa Mais Cultura nas Universidades.</p>
XXXVIIº	Maio de 2015	Gramado-RS	<ul style="list-style-type: none"> - Novos desafios da Extensão e Ensino e os modelos de financiamento da Extensão, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública: 1- Desafio de implementar a inserção de 10% de créditos curriculares advindos da extensão nos PPC como previsto no PNE; 2- Essa inserção deve partir de um profundo e intenso diálogo entre o FORPROEX, o FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação), ABRUEM (Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais), ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior) e outros parceiros aliados; 3- Encaminhar ações indissociáveis de fortalecimento e valorização da Extensão interna e externamente às Instituições; 4- Necessidade urgente da normatização da PNE, quanto ao financiamento da Extensão; 5- Reconhecimento da importância do PROEXT na indução e no

			<p>fomento da Extensão Universitária; 6- Aperfeiçoamento do instrumento de convênio que possibilite melhores resultados no repasse; 7- Isonomia e papel das instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais para abertura de todos os editais de fomento à extensão e à cultura; 8- Estabelecimento imprescindível de diálogo com agências de Fomento para ampliação de financiamento das atividades de extensão; 9- Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para apresentação de uma proposta à ANDIFES até dezembro de 2015; 10- Empenho de todos os esforços pela ANDIFES para que a extensão seja contemplada na matriz orçamentária das Universidades Federais; 11- Reitera a necessidade da criação de setor específico do MEC para Gestão da Extensão Universitária, conforme solicitado em encontros anteriores.</p>
XXXVIIIº	Novembro de 2015	João Pessoa-PB	<ul style="list-style-type: none"> - Reiterou-se a implementação dos 10% da carga horária total dos currículos destinados à extensão, como previsto no PNE. - Necessidade premente da liberação de recursos financeiros já aprovados em editais anteriormente definidos. - Viabilização pelo MEC de novos editais temáticos potencializando a integração interinstitucional, na perspectiva de indissociabilidade de extensão, do ensino e da pesquisa.
XXXIXº	Maio de 2016	São Bernardo do Campo-SP	<ul style="list-style-type: none"> - Matriz ANDIFES: modelo de alocação de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). - Políticas públicas para a Extensão Universitária no contexto da diversidade. - Extensão e Desenvolvimento Territorial. - Proposta de uma Política Cultural para as Universidades Brasileiras.